



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1322/15	DATA: 11/08/2015	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 14h54min	TÉRMINO: 17h56min	PÁGINAS: 67

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
EDGAR HUBNER - Gerente Geral da Juventude e Infraestrutura do Comitê Olímpico Brasileiro; MARCELO FERREIRA MIRANDA - Diretor-Presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul; ANTÔNIO CARLOS PEREIRA - Vice-Presidente da Associação Brasileira de Secretários Municipais de Esportes e Lazer; ANA ELENARA DA SILVA PINTO - Coordenadora-Geral de Pesquisa de Esporte e Lazer da Secretaria Nacional Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte - SNELIS/ME.

SUMÁRIO
Debater os Jogos Escolares da Juventude.

OBSERVAÇÕES
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Boa tarde a todas e a todos.

Esta reunião de audiência pública da Comissão do Esporte está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 63, de 2015, de iniciativa dos Deputados Fernando Monteiro e João Derly, e tem como objetivo debater os Jogos Escolares da Juventude.

Para dar início às apresentações, convido para sentar-se à mesa S.Sa. a Sra. Ana Elenara da Silva Pintos, Coordenadora-Geral de Estudos e Pesquisas da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte; S.Sa. o Sr. Antônio Carlos Pereira, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Secretários Municipais de Esportes e Lazer; S.Sa. o Sr. Marcelo Ferreira Miranda, Diretor-Presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul; S.Sa. o Sr. Edgar Hubner, Gerente-Geral de Juventude e Infraestrutura do Comitê Olímpico Brasileiro.

A Sra. Ana Elenara está a caminho. Como teremos sessão hoje cedo, vamos adiantar as exposições.

Antes de passar a elas, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública.

O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 15 minutos para as suas preleções, não podendo ser aparteado.

Após a exposição, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os expositores deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos.

Será permitido réplica de qualquer participante que seja citado durante o debate.

Vamos à primeira exposição. A Sra. Ana Elenara da Silva Pintos não está presente no momento, está chegando.

Passo a palavra, então, ao Sr. Edgar Hubner, do Comitê Olímpico Brasileiro.

O SR. EDGAR HUBNER - Gostaria, primeiramente, Deputado, de agradecer, em nome do Comitê Olímpico Brasileiro, a oportunidade.

Nós estávamos falando, agora há pouco, em relação ao projeto Jogos Escolares da Juventude. Queria fazer uma primeira observação: nós vamos discutir



não o esporte escolar no País, mas um projeto desenvolvido pelo Comitê Olímpico desde 2005, que é uma parte do processo, mas não é o todo, o qual nós gostaríamos que a discussão abrangesse.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós, hoje, temos uma estrutura dentro do Comitê Olímpico Brasileiro que envolve seis grandes áreas, entre elas, Alto Rendimento, Performance Esportiva e Juventude e Infraestrutura — da qual sou o gerente. Isso me leva a dirigir o Centro de Treinamento Time Brasil, do Rio de Janeiro, e o Esporte Estudantil dentro do Comitê Olímpico Brasileiro, na área de todas as atividades de juventude.

Estas são as outras áreas que compõem o Comitê Olímpico. Aqui estão os componentes importantes: a área cultural, médica, administrativa e a de suporte. São seis Gerências Gerais, ligadas ao Marcus Vinicius Freire, que é o nosso Superintendente, e ao Presidente Carlos Nuzman.

Nós, como eu disse, dividimos essa área em duas esferas importantes — o esporte e o centro de treinamento — e já temos uma visão da importância da fundamentação e do início do esporte na base para as equipes de alto rendimento.

Eu tive a oportunidade de dirigir agora a nossa equipe brasileira, a nossa base, em Toronto, no Canadá. Vou ter a mesma missão, no ano que vem, nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Entendemos que o trabalho na base é de suma importância, como V.Exa. falava há pouco, é fundamental para que esse processo seja consolidado. As grandes potências do mundo que hoje têm o seu esporte solidificado partiram do esporte na escola.

Nós, em 2005, numa parceria Comitê Olímpico Brasileiro, Governo Federal, através do Ministério do Esporte, as confederações, os governos estaduais, o Grupo *Globo* e mais recentemente a *Coca-Cola*, fizemos um desenho dos Jogos Escolares da Juventude. No início, Olimpíadas Escolares. Por uma designação, tivemos que mudar, depois, em função dos Jogos Olímpicos.

(Segue-se exibição de imagens.)

O nosso público alvo hoje, dentro dos últimos censos, somos quase 201 milhões de habitantes no Brasil, mas o importante para nós é que temos 23 milhões de alunos na faixa etária de 11 a 17 anos. Isso dentro dos últimos censos, o que demonstra um público ao qual pretendemos e deveríamos atingir dentro do projeto.



Fizemos um desenho de todos os *stakeholders* desenvolvidos nesse processo. Isso passa por Municípios, escolas, CBDE, MEC, Forças Armadas, enfim, todos esses segmentos deveriam ser chamados para discutir o esporte escolar e não nós discutirmos exclusivamente a questão dos Jogos Escolares da Juventude.

Esse é o último censo de 2014, do Ministério da Educação — o INEP fez esse último censo — que dá uma demonstração clara do número de escolas públicas e privadas no País, divididas por Estado. Então, hoje, nós temos Bahia com o maior número de escolas no Brasil, seguido por São Paulo, Minas Gerais e assim sucessivamente.

Nós chegamos a um número importante, ao final, que o censo de 2014 nos mostra: 145 mil escolas no Brasil, nessa faixa de 11 a 17 anos, escolas ativas, sendo que a grande maioria dessas escolas são as escolas públicas: 120 mil escolas públicas no Brasil.

Nós vamos ter, este ano, duas atividades importantes. O evento é anual. Teremos agora, de 3 a 12 de setembro, em Fortaleza, no Ceará, a categoria para 12 a 14 anos e teremos, em Londrina, em Maringá, no Paraná, a categoria de 15 a 17 anos, no mês de novembro. São os dois grandes eventos, fase final, que congregam as escolas de todos os Estados brasileiros.

Temos vários objetivos. Não se trata apenas do esporte e, sim, do fortalecimento do esporte, o estímulo da prática esportiva, as questões dos valores olímpicos e também da transformação social.

No primeiro semestre, os Estados, os Municípios fazem as seletivas, ou seja, os Municípios fazem sua organização, o Pereira vai abordar isso e o Marcelo depois vai abordar como os Estados se organizam, e cabe a nós fazermos a organização da fase nacional, onde recebemos crianças campeãs nas suas escolas, nos seus Municípios e nos seus Estados. Nós recebemos, apenas, os vencedores de cada Estado dentro da Etapa Nacional.

Nessa tabela temos as cidades que já realizaram o evento. Nós temos uma distribuição interessante. Temos buscado fazer essa distribuição. Há um processo de candidatura das cidades.

Hoje, nós temos uma dificuldade grande porque nem todas as cidades do Brasil conseguem agregar o número de leitos de hotel com uma qualidade de



infraestrutura esportiva, além do aporte financeiro que é exigido como contrapartida de quem sedia, mas nós temos conseguido dividir entre Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, fazendo com que o projeto percorra as cinco regiões do Brasil.

Modalidades de Atletismo. Sempre masculino e feminino. O badminton recentemente ingressou no programa. Temos o ciclismo, a ginástica rítmica, o judô, luta olímpica, natação, tênis de mesa, xadrez, basquetebol, futsal, *handball*; inclusive essa é uma foto simbólica. Trata-se de uma tribo indígena de um Estado do Norte, ou seja, nós conseguimos atingir até escolas de regiões de aldeia e essas são crianças que foram representar suas escolas em Poços de Caldas, no futsal feminino. Continuando, o voleibol de quadra e o voleibol de praia.

Alguns dados operacionais importantes. Esse evento é todo financiado pela Lei Agnelo Piva, o recurso é federal, que vai destinado exclusivamente à aplicação no esporte escolar, vai para o Comitê Olímpico Brasileiro.

Temos um grupo de aproximadamente 100 pessoas que trabalham dentro do comitê organizador. Trata-se de pessoas de 14 Estados que nós fomos, ao longo desses anos, reconhecendo, pela capacidade de trabalho e potencial, dos lugares onde realizamos o evento e estamos levando essas pessoas para, também, trabalharem conosco.

Isso também é um legado importante, porque essas pessoas acabam contribuindo nos seus Estados. Nós temos, de Pernambuco, Ceará, Amazonas, de todas as regiões, praticamente, pessoas integrando a equipe dentro do comitê.

Esse grupo ligado com mais 220 voluntários, mais 400 árbitros e mais o grupo da cidade faz com que, na fase nacional, nós tenhamos algo em torno de 1.100 pessoas trabalhando para atender essas crianças.

O nosso maior investimento é na rede hoteleira. Todas as pessoas do evento ficam hospedadas em hotéis. Então, nós tivemos os números do ano passado, aproximadamente, 28 mil diárias de hotéis foram pagas em cada um dos eventos, em Londrina e em João Pessoa, como também tivemos em Natal e Belém, nos anos de 2013. Então, esse é o maior investimento que é feito do recurso da Lei Agnelo Piva.



Outro recurso importante é o nosso restaurante central onde todas as crianças fazem a refeição, que serve, aproximadamente, 50 mil refeições nesse período de 12 dias. É uma operação gigante. Nós chegamos a ter no evento cadastrado 6 mil pessoas, próximo, muito próximo aos Jogos Pan-Americanos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nessa imagem temos a dimensão da quantidade de alimentos que nós consumimos, em termos de quantidade de carne, frango etc. Então, toneladas de alimentos. Nós fazemos uma licitação pública para identificar a empresa fornecedora e essa empresa fornece todas essas alimentações.

Nessa outra imagem temos os equipamentos que são utilizados. Trata-se de uma área de transporte também importante. Temos mais de 100 veículos à nossa disposição para operar durante o evento.

Temos um total de 436 medalhas. Enfim, são várias premiações que acontecem. Nós temos um cerimonial específico para isso. São totais de medalhas e troféus distribuídos durante o evento.

Ocorrem 126 cerimônias de premiação. Então, são, praticamente, todos os dias com cerimônia. Para isso, nós levamos atletas olímpicos e pan-americanos. O Moreno foi, durante 10 anos, o capitão da seleção brasileira de voleibol. Foi o nosso embaixador em Natal.

E, como eu dizia, nós temos quase 6 mil credenciados. São credenciais feitas com código de barra, leitores magnéticos, enfim, toda uma estrutura hoje que se assemelha aos principais eventos do mundo.

Temos aproximadamente 400 árbitros, como eu coloquei, de diferentes modalidades. Todas as modalidades são dirigidas pelas confederações olímpicas brasileiras, ou seja, árbitros que vão aos Jogos Olímpicos Pan-Americanos vão também atender aos jogos de 12 a 14 anos, oriundos dessas escolas públicas e privadas.

Outro ponto importante, não só o esporte, mas temos a questão do Centro de Convivência. Esse é um padrão que foi utilizado em 2013. Este ano nós vamos trabalhar com o tema Igualdade. Estamos trazendo a ONU Mulher para dentro do evento.



Vamos trabalhar com o tema da igualdade e toda a nossa cenografia será no ambiente da rua, em que, entende-se, é onde se provoca a melhor condição de igualdade entre sexo, gêneros etc. Então, é uma cenografia montada junto ao nosso restaurante.

Essa é uma estrutura que nós tivemos no ano passado dentro do Centro de Convivência de João Pessoa, em Londrina. Toda essa estrutura foi montada à disposição das crianças, inclusive com uniformes de Jogos Olímpicos, premiações acontecendo nesse ambiente.

Essa imagem é uma demonstração de como fica esse espaço de alimentação e lazer. Esse daí é o Hangar - Centro de Convenções em Belém, quando nós realizamos na cidade de Belém do Pará.

Temos uma questão cultural, com toda parte de biblioteca, que é levada ao ambiente também para que eles possam ter contato, não apenas com a parte esportiva, mas com a parte cultural, com a parte social, a parte de meio ambiente, todas as questões que se devem envolver na formação da criança.

Levamos outras modalidades como: tiro com arco, roque, basquete 3x3, que não fazem parte do programa. Nós levamos como demonstração para o evento.

Tivemos, no ano passado, uma experiência interessante. Levamos a Laura Müller, que fala sobre sexo, para a categoria de 15 a 17 anos. Ela trabalha no programa *Altas Horas* e fez um grande debate com as crianças sobre a questão de sexo. Temos levado pessoas para falarem sobre meio ambiente, sobre questões de prevenção e uso de água, enfim, todos os temas que são importantes e que sejam abordados nessa faixa etária.

Nesse espaço temos uma escola com síndrome de Down que fez apresentações durante a refeição das crianças. Então, os grupos culturais da cidade que assediam o evento se apresentam para todo o País durante o almoço e durante o jantar. Existe uma programação completa para as crianças conhecerem também as atividades da cidade que recebe a realização dos jogos.

As crianças da cidade que não têm idade de competir vão ao Centro de Convivência. Esse é o Antoine Jaoude, um atleta olímpico de luta olímpica que recebe essas crianças, faz apresentações, palestras, enfim, interage com as crianças.



A *Coca-Cola*, há 2 anos, tornou-se parceira. Tem feito investimento. Essa é uma área de lazer dentro do Centro de Convivência. Ela investiu nesse Centro de Convivência e nas cerimônias de abertura. É uma parceira que se estendeu às etapas estaduais também este ano. Temos aí a visão da *Coca-Cola*. É uma parceira também em áreas operacionais importantes para nós, como o transporte.

Os embaixadores são exemplos. O Vanderlei Cordeiro é um dos melhores exemplos para nós e tem ido a todos os nossos eventos. Este ano ele vai novamente, mas para cada modalidade, nós temos procurado levar um atleta de expoente e atleta que tenha medalhas olímpicas e pan-americanas para estarem junto com as crianças convivendo nesse período. Então, todos esses embaixadores. Essa imagem foi num evento de Natal. Todo ano nós temos de 12 a 13 embaixadores conosco.

(Segue-se exibição de imagens.)

Temos sempre cerimônias que envolvem tanto o Governo, aí nós temos o Prefeito de Londrina, com o Vice-Presidente da Coca-Cola quanto os embaixadores. Temos atividades de coletivas, atividades de atendimento à imprensa exatamente para valorizar o esforço que os Municípios e os Estados fazem.

Deputado, permita-me. O maior investimento feito no projeto vem por parte dos Municípios e por parte dos Estados. O investimento dos Estados chega, às vezes, a ser superior ao que o Comitê Olímpico faz para realizar uma etapa nacional, porque tem alguns Estados que fazem esses eventos acontecerem com 10, 15, 20 mil crianças ou até mais para poder indicar quem são os representantes do seu Estado para chegar à fase nacional.

Então, os investimentos dos Estados, com certeza, são superiores ao que o Comitê Olímpico Brasileiro faz em termos de realização do evento.

Nessa imagem, nós temos o prefeito de João Pessoa e o Secretário da Paraíba, quando nós fizemos o evento no ano passado. Na cerimônia de abertura sempre temos levado personalidades para fazer a parte de mestre de cerimônia.

Essa outra imagem é a cerimônia em Cuiabá, também abertura, para ver a dimensão que o evento abrange.

Outro ponto importante é que mais de 74 países já mandaram representantes para conhecer o projeto. Hoje, nós estamos entre os cinco maiores projetos do



mundo. Setenta e quatro países que estão indicados aqui, dos cinco Continentes, já mandaram observadores internacionais para conhecer. Nós já estivemos, ano passado, na Sérvia e este ano vamos à República Dominicana também para levar o conhecimento do que é desenvolvido no Brasil.

Temos trabalhado muito com sustentabilidade com as crianças em todos esses aspectos de resíduo, energia, legado, engajamento, transporte.

A Sarah Menezes, campeã olímpica, logo que terminou os Jogos em Londres, foi aos jogos. Ela foi bicampeã nos jogos escolares e agora é campeã olímpica. É uma demonstração muito clara de que se nós começarmos cedo e da maneira correta, nós conseguimos os resultados.

Temos alguns programas especiais de *doping*, prevenção ou a questão do *doping* com as crianças.

Falamos da questão do esporte nacional. Essa é uma foto simbólica, Deputado, quando premiei a Sarah em 2005. Eu a premiei nos jogos. Nessa ocasião, eu acredito que tenha sido em Brasília e ela futuramente veio a ser campeã olímpica. Essa outra imagem é no evento que ela foi em 2012.

Esses são os atletas que nos representaram nos Jogos Olímpicos de Nanjing, no ano passado, na China: Matheus Santana, medalhista de ouro e a Duda do Voleibol são oriundos dos jogos escolares e já são medalhistas olímpicos de ouro. E estiveram, o Mateus esteve agora também, no Pan de Toronto.

Outro dado importante, para finalizar. Nós conseguimos, com o projeto, nesses últimos anos, atingir 2 milhões de alunos atletas em todo o País, nas seletivas, envolvendo 40 mil escolas. Então, nós temos um caminho muito grande ainda a percorrer. Algo em torno de 3.900 cidades. Temos mais de 5.600 Municípios no País. Então, nós temos uma margem de crescimento na base, que é considerável.

A etapa nacional já está consolidada. O que nós precisamos fazer agora é crescer na base.

Em 2010, 47% da missão brasileira nos Jogos Olímpicos da Juventude tinham passado pelos jogos escolares. No ano passado, na China, 72% da delegação já tinha passado pelos jogos. Então, nós estamos aumentando o crescimento.



Esse quadro também é importante. Em Londres, em 2012, nós tivemos 17 atletas que foram aos Jogos Escolares, ou seja, 11% da delegação brasileira foi aos jogos escolares das modalidades que fazem parte do programa.

O Sul-Americano, no ano passado, em 2014, 47 atletas passaram pelos jogos escolares e agora, no Pan, que vocês acabaram de observar, nós tivemos 75 atletas no Pan que foram atletas que passaram pelos jogos escolares.

Nós fizemos do total de medalhas conquistadas por atletas dos jogos escolares, 21% do total que o Brasil conquistou em Toronto. Então, nós estamos num percentual. A ideia é fazer com que consigamos crescer cada vez mais.

Fui rápido, rápido, ligeiro. Não sei quanto tempo gastei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Dr. Edgar Hubner, muito obrigado pelas suas palavras. Sua apresentação foi muito importante.

Quero passar a palavra para o Deputado Marcus Vicente, porque S.Exa. terá que sair.

Com a palavra o Deputado Marcus Vicente.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Em primeiro lugar, quero parabenizar o Deputado Fernando Monteiro por essa iniciativa. Os Jogos Escolares da Juventude são uma realidade no Brasil. Quero parabenizar o prof. Edgar, pela apresentação.

Eu fui Secretário de Turismo do Espírito Santo, durante 3 anos. Eu sei o que significa isso. Achamos que turismo é passear, lazer. Não. O turismo incorpora 52 atividades. Tem uma capilaridade. Costumo brincar que até o enterro de Michael Jackson foi uma grande atividade turística, porque não é o turismo de passear, mas o turismo de impactar.

O turismo é a atividade econômica que começa a se transformar a partir do momento em que você fica 24 horas fora de casa. Aí é hotel, avião, ônibus, taxi, farmácia, restaurante, garçom, o menino que carrega a mala no hotel.

Observo os jogos escolares sob o prisma da formação. Além do impacto econômico, evidentemente, tem um grande impacto social. Quando vejo crianças com síndrome de down participando, isso é o potencial que o esporte tem. Acho que os Jogos Olímpicos, os Jogos Pan Americanos, os Jogos Sul Americanos são



grandes demonstrações de que a humanidade tem de caminhar para o esporte. É a única atividade que pode juntar as pessoas, diminuir as diferenças sociais, políticas, religiosas e raciais. Eu não tenho dúvida nenhuma disso.

Se formos falar do futebol, que é a minha área específica, veremos que israelenses e palestinos estiveram juntos pela primeira vez, depois de tantos anos, no futebol. A Alemanha Oriental e a Ocidental, quando ainda tinham o Muro de Berlim que as separava, foi o futebol que as uniu. A Coreia do Sul e a do Norte, também, antes da reunião das famílias, foi o futebol que as uniu.

Evidentemente, quando se tem 35, 36 esportes olímpicos, a capacidade de juntar as pessoas, de aproximar os povos, de melhorar os relacionamentos entre as pessoas é muito maior.

Parabenizo a iniciativa do Deputado Fernando Monteiro. Eu não poderia deixar de dar esse testemunho. Eu acho que é importantíssimo para o Brasil. Está aí o crescimento da participação dos nossos jovens nos jogos internacionais. Isso é uma demonstração cabal de que o Brasil está no caminho certo. Não é uma atividade de Governo A ou B. É uma atividade de Governo. Ela é muito suprapartidária. Eu acho que essa política de Governo tem de transcender a todos os Governos, seja de quais partidos forem, porque ela trabalha a formação, a inclusão social. Nisso, vemos despertar os grandes valores que o Brasil tem.

Quanto mais você interiorizar os jogos, quanto mais você fortalecê-los lá na base, melhores resultados você terá com certeza. Os campeões olímpicos vão aparecer. Costumo dizer que o nosso 7 a 1 só terá retorno se trabalharmos a base. Não tem outra saída. Nos Estados Unidos, na Alemanha, são as escolas.

Temos uma tradição das escolinhas. Então, existe, no Brasil, uma capacidade muito grande de formação. Nos outros esportes, não é diferente.

Fico muito feliz. Só sinto muito pela Casa não ter ouvido o convite do Deputado e da Comissão do Esporte para debater um tema importante, que fala diretamente com as famílias, com as pessoas, com a juventude, que é o futuro deste País.

Quero parabenizar o Professor Edgar. É uma pena que não possa continuar aqui. Tenho um compromisso no Palácio do Planalto. Já deveria estar lá desde as 15h, mas fiquei aqui para dar esse testemunho, para falar para o Deputado



Fernando Monteiro da importância desta audiência pública. Esta Comissão deveria estar com 26 Deputados presentes para assistir, para levar o tema para suas bases, para incentivar os nossos jogos escolares estaduais.

O Espírito Santo é tradicional também nesses jogos. Sempre participou de forma muito efetiva, em vários Governos. Tenho acompanhado os jogos escolares. Acho que temos de ser protagonista deste novo momento que o Brasil vive. Se estamos mal na política, se estamos mal na economia, vamos fazer com que a força da nossa juventude, a força do próprio povo brasileiro, seja o grande instrumento da transformação que precisamos.

Então, parabéns Deputado. A visão desta audiência pública é a visão de um Deputado que está realmente preocupado com o futuro do nosso País, que não tem outro caminho. É a juventude, é a base, é a família que vão responder pelo que há de melhor para vir para nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Deputado Marcus Vicente, muito obrigado pelas palavras.

Com certeza, era para termos lotado o plenário. Esse é um tema, como disse V.Exa. que pega a família, que pega o filho. É esse tema, que parece tão distante, que trazemos, porque ele é o começo da saída da droga, porque o jovem que vai para o esporte, com certeza, ele não vai para a droga. Hoje a droga a cada dia cresce mais porque ela está, muitas vezes, ficando mais acessível. Então, o esporte tira o jovem da droga. Com certeza, quando você faz um evento desse, dessa magnitude, desse tamanho, com esse modelo... O que mais achei interessante nesse evento é que ele cria um ambiente como se o jovem estivesse em uma Olimpíada, como se o jovem estivesse em uma competição internacional. Quando esse jovem volta para a sua cidade, ele vai contar para o seu coleguinha do colégio ou da faculdade que ele conseguiu chegar lá.

Esse modelo que o Comitê Olímpico Brasileiro está fazendo de igualar a competição ao nível do evento, em termos de organização, em termos de estrutura, em termos de credenciamento, faz com que o atleta saia do interior. O País é muito grande. Para um jovem do Norte, um nordestino, se deslocar para Maringá é muito



longe. Muitas vezes, ele nunca imaginou ir a uma cidade fora do seu Estado. E o esporte é um caminho que leva a isso.

Então, todas as experiências que eu vi até hoje do esporte sempre foram vitoriosas, porque sempre tiraram os meninos, os jovens do mau caminho e os colocaram no caminho da coletividade. As pessoas que vão parar nesses eventos, os jovens que não vão seguir, muitas vezes, a carreira no esporte, com certeza, Deputado Marcus Vicente, vão seguir a sua vida de trabalho levando aquela disciplina do treino, do coleguismo, de terem que, no outro dia cedo, independente da hora, estar presentes para a competição. Esse modelo de convivência que o esporte faz serve para que o jovem siga na iniciativa do seu trabalho.

Para nós darmos seguimento aos nossos debates, à nossa exposição, eu quero convidar, para trazer a sua palavra, o Sr. Marcelo Ferreira Miranda.

O SR. MARCELO FERREIRA MIRANDA - Boa tarde a todos. Deputado Marcus Vicente, Deputado Fernando Monteiro, muito obrigado pela oportunidade. Parabéns pela iniciativa. É uma satisfação muito grande estar aqui com colegas, como o Edgar e o Antônio Carlos. Admiro muito o trabalho que vocês vêm fazendo à frente do Comitê Olímpico Brasileiro — COB.

Trago aqui a experiência dos jogos escolares sob o prisma do Governo do Estado. Eu sou profissional de Educação Física, fui atleta de handebol, tive oportunidade de participar dos jogos escolares brasileiros, como atleta, diversas vezes, como técnico, fui vice-campeão brasileiro, fiz especialização em treinamento esportivo, pensando em atuar como técnico, fiz o mestrado, sou professor universitário. E agora estou à frente desse grande desafio da minha profissão, que é tocar a Secretaria de Esporte do Mato Grosso do Sul, a Fundação. É um grande desafio, até porque, enquanto atleta, enquanto técnico, você faz um monte de crítica à organização, ao sistema e me vejo agora em uma posição de poder contribuir e fazer as alterações que eu tanto cobre quando atleta, como técnico.

Temos um privilégio muito grande hoje, no Mato Grosso do Sul, porque o Governador apoia muito o esporte. Ele deu autonomia frente à Pasta. E encontramos uma série de dificuldades lá no Estado, como, por exemplo, uma infraestrutura precária, completamente sucateada no Estado inteiro.



Em relação aos jogos escolares, nós percebemos, pela análise que fizemos frente à Secretaria, no primeiro momento, conversando com os técnicos — realizamos um fórum e conseguimos reunir 90% dos gestores do Estado, dos gestores municipais, para discutirmos o problema do esporte no Estado, especificamente do desporto escolar — uma baixíssima participação. Em média, 25% dos Municípios participam em cada modalidade, com exceção do futsal, que é um percentual maior. Então, encontramos uma série de dificuldades que coincidem com as críticas que a gente fazia, quando atleta, há 30 anos: a questão de más condições de alojamentos, o sistema de disputa cruel, porque muitas vezes o garoto, a equipe se desloca quilômetros para participar dos jogos, faz duas partidas, é desclassificado e volta para a sua casa, e condições de alimentação adequadas.

Então, você tirar o garoto e submetê-lo a essa situação é bastante desmotivante. Acreditamos que talvez, identificamos no fórum, esse fosse um dos motivos da baixa participação em âmbito estadual. E aí o grande desafio nosso de reverter isso. E a gente conseguiu fazer algumas alterações no Mato Grosso do Sul.

Os nossos jogos escolares basicamente são estes: as paraolimpíadas escolares, os jogos escolares, jovens de 12 a 14 anos, e os jogos da juventude, jovens de 15 a 17 anos, seguindo o modelo nacional. Os jogos são seletivos. A gente os realiza em parceria com os Municípios.

Aqui está a abertura do nosso primeiro jogo que nós fizemos lá agora, nessa gestão, com a presença do Governador. Todo o seu *staff* administrativo participou, prestigiando-nos. Para revertermos essa situação crítica no Estado de uma baixa participação, seguimos o modelo do COB, dentro das nossas possibilidades.

Então, colocamos como prioridade o alojamento, a questão de hospedagem em hotel. Isso é muito bom porque motiva os professores. O professor de Educação Física que, no Mato Grosso do Sul, ganhava a etapa municipal, tinha como prêmio perder as férias, porque os jogos escolares, por terem alojamentos feitos em escolas, só podiam ser realizados nas férias.

Então, enquanto todos os professores da escola tiram férias, ele é premiado, porque ele ganhou a etapa municipal, indo para a estadual nas suas férias e dormindo em alojamento. A escola não tem estrutura de alojamento. Quando são 6 horas da manhã já está claro, não se conseguia dormir. Dormia-se no chão e o



banheiro era adaptado. Colocavam um banheiro com um ralo apenas e quatro, cinco chuveiros. Com dois dias de jogos ele está inundado. Então, identificamos isso tudo como problema e estamos tentando combatê-lo. Os jogos são realizados.

Nós priorizamos essa questão cultural, a questão do intercâmbio, da troca de experiência entre eles. Então, nós planejamos todos os jogos, em parceria com a Secretaria de Turismo e com a Secretaria de Cultura do Estado. Essas são as modalidades que são oferecidas no Mato Grosso do Sul, seguindo o modelo do COB. Só não oferecemos o *badminton* e o ciclismo, que é uma meta nossa para os próximos anos. Nas Paraolimpíadas nós só não oferecemos tênis de cadeira de rodas, vôlei sentado, *goalball* e futebol de cinco, que também são metas para implantarmos no Estado.

Até o momento, nós realizamos quatro etapas dos jogos escolares, jogos da juventude e uma etapa do paraolímpico. Como eu falei, apenas 25%, em média, dos Municípios participam. O que a gente identificou, tanto no fórum como contatando as cidades que não participam? Falta de envolvimento dos professores, falta de motivação dessas pessoas, que eu já coloquei, pouco interesse das escolas, falta de apoio das Prefeituras, — o Antônio Carlos certamente vai falar sobre essa questão —, pelas dificuldades financeiras, pela falta de aporte de recurso nas Prefeituras para viabilizar a participação deles nos jogos estaduais.

Eu sugiro, Deputado, inclusive, que programemos outras audiências públicas no sentido de discutirmos não especificamente os jogos escolares, mas a questão do esporte escolar no Brasil, principalmente na base, as dificuldades que nós temos na base. Nós não temos, na maioria das cidades, uma carga horária específica para treinamento nas escolas. Essa seleção das equipes, esse treinamento da equipe acaba se dando dentro da educação física escolar. Isso é um erro. São coisas distintas Educação Física escolar e a iniciação esportiva do treinamento. Apesar de o esporte ser uma grande ferramenta de formação integral do indivíduo ele não deve ser utilizado na Educação Física. A Educação Física escolar não deve ser confundida com esportes. Também há dificuldade em relação a custear o deslocamento dos atletas até a etapa estadual. Vários Municípios colocaram isso como uma grande dificuldade. Tivemos problemas, em algumas etapas, de o



Município que apenas se prontificou a levar as equipes até à cidade, até ao local e voltar para atender outras demandas da Prefeitura.

Então, a partir dessa nossa nova gestão, nós fizemos algumas alterações nesse sentido. Primeiro, a hospedam em hotel. Conseguimos fazer uma grande contenção de despesas em vários aspectos dentro da Fundação, para que possamos bancar. Entendemos que isso foi um grande investimento de motivação.

Eu vou passando, porque há outros eslaides.

Isso aí é um professor dando o depoimento que ele participa dos jogos há muitos anos e que nunca teve essa condição. Então, acaba sendo um grande fator de motivação tanto para ele melhorar a sua equipe como ganhar algo em troca, para que ele possa novamente oportunizar isso para os seus alunos.

Isso aqui é uma garota no centro de convivência. Criamos o centro de convivência também, seguindo o modelo do COB. Antigamente os jovens faziam a refeição na própria escola onde estavam hospedados, o que provocava um isolamento total. Então a rotina era: jogar e voltar para o alojamento, sem ter esse intercâmbio com as outras delegações e sem nenhum tipo de atividade. Limitavam-se a ficar jogando baralho e dominó.

Então, criamos o centro de convivência, que foi uma estratégia muito interessante. Eles adoram ir para lá. A gente estabeleceu o horário de jogos até às 18 horas, para que, no jantar, todos estejam no centro de convivência. Em parceria com a Secretaria de Saúde, a gente está oferecendo *shows*, para que eles aproveitem bastante.

Criamos o sistema de disputa, evitando a eliminação precoce. Os garotos jogam o máximo possível. Se possível, ficam até o último dia de competição. Isso aqui foi uma coisa muito interessante — não sei se vamos conseguir o som. Nós fizemos uma parceria com a TV Educativa. Eles adoraram a ideia e estão fazendo a cobertura dos nossos jogos. Isso foi muito interessante, porque, como a TV Educativa cobre o Estado inteiro, as Prefeituras que não estavam participando foram cobradas por que não tinham representação do Município nos jogos escolares. E foi um fator de motivação muito grande para os técnicos e para os atletas.

Isso aqui é uma chamada da nossa primeira etapa.

(Exibição de vídeo.)



O SR. MARCELO FERREIRA MIRANDA - Isso é muito bacana porque deu uma nova vida para os jovens. Eles deslocam a equipe da TV, vão para o centro de convivência, fazem mesa-redonda, discussões, apresentam os destaques da rodada. Tudo isso com programa diário na TV Educativa. Eles adoraram a ideia também, até em função da necessidade de haver uma grade regional. Então, foi bastante interessante.

Curso de formação aos técnicos durante os jogos. Então, no período da noite, os jogos vão até às 18 horas, à noite, a gente oferece cursos de formação especificamente voltados para essa questão do esporte escolar.

Estamos criando uma plataforma no Estado, a partir do Projeto Esporte Brasil — PROESP, que é um programa do Ministério do Esporte, que já existe há mais de 15 anos, de avaliação e monitoramento e índice de aptidão física dos nossos jovens, para fazermos uma comparação dos índices do Mato Grosso do Sul em âmbito de Brasil. Então, é uma plataforma bastante interessante, mas pouco utilizada. Estamos treinando os professores para abastecer essa plataforma.

Então, basicamente é isso. Essas alterações todas são no sentido de motivar tanto os professores, como as Prefeituras para que possamos reverter esse quadro preocupante de uma baixa participação. É inegável, e posso dizer isso, porque participei como atleta, como técnico e agora como gestor, o salto de qualidade que tiveram os jogos escolares a partir dessa administração do COB e das alterações que eles fizeram. Precisamos agora criar estratégias para dar aos Estados e Municípios condições para que os jogos sejam também de qualidade para que consigamos motivá-los. Precisamos criar, Deputado, prolongar essa discussão para discutir o desporto escolar, principalmente na base, nas escolas, onde a situação é muito preocupante.

Sr. Presidente, coloco-me à disposição para os questionamentos na sequência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Muito obrigado, Dr. Marcelo Ferreira Miranda.



Vamos passar a palavra para mais uma apresentação. Em seguida, iniciaremos as perguntas. Como autor do requerimento, tenho algumas dúvidas para serem tiradas.

Concedo a palavra ao Sr. Antônio Carlos Pereira. Em seguida, começaremos a fazer as perguntas.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA - Boa tarde a todas e a todos!

Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa., Deputado Fernando Monteiro, o convite para participar desta audiência pública, rever o meu amigo Edgar Hubner, do Comitê Olímpico, que eu não via há muito tempo, e o Marcelo Ferreira Miranda, meu conterrâneo de Mato Grosso do Sul.

Quero dizer a V.Exas. que o estudante não mora no Brasil, não mora no Estado. Ele mora no Município. É lá onde tudo acontece.

Trouxe uma apresentação da cidade onde sou o Secretário de Esportes, Lazer e Turismo para mostrar a V.Exas. o panorama da gestão do esporte escolar no Município. Guardada as proporções, ela é a realidade praticamente do Brasil inteiro. No final, colocamos algumas sugestões, Deputado, que V.Exas. vão poder analisar e tentar, de alguma maneira, viabilizar.

Botucatu é a minha cidade. É uma cidade de porte médio com 130 mil habitantes. Vou fazer uma apresentação de dados.

Para V.Exas. terem uma ideia, no Governo Municipal, a Secretaria Municipal de Educação faz uma Olimpíada na faixa etária até 11 anos. Quem participa? Escolas municipais, escolas particulares e projetos sociais. A estatística: 30 escolas, 1.800 participantes. Como competição escolar, faz também um festival de atletismo para alunos com deficiência. Esse vai ser o primeiro ano, não havia nenhuma competição específica para eles.

Uma gincana para educação infantil até 5 anos. Estatística: 20 escolas, 600 participantes. A rede pública municipal possui turmas de treinamento.

Se a educação faz evento para o desporto escolar, como é que aparece aqui Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo da Prefeitura? Porque ela faz uns jogos estudantis na faixa etária de até 16 anos. Quem participa? Escolas municipais, escolas estaduais e particulares. Se vocês virem o *slide* anterior, perceberão que as escolas estaduais não participam na competição da Prefeitura, em razão da faixa



etária. Fora isso, nós fazemos festivais estudantis na faixa etária de até 18 anos, em diversas modalidades. A estatística é de 400 participantes.

Mas há mais ente que faz esporte escolar no Município que é o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria Estadual de Educação e da Secretaria de Esportes da Juventude. Essa competição termina com os Jogos Escolares do Comitê Olímpico brasileiro — COB, que é excepcionalmente bem organizado.

Eu vou dizer uma coisa para vocês. A realidade do Comitê Olímpico Brasileiro na fase final não é a realidade dos Estados, com exceção de Mato Grosso do Sul. E eu parabeno o Marcelo pelo fato de dar o hotel na fase estadual. Esqueçam! Vocês são jovens daqui. Na maioria dos Estados, a fase estadual — não é, Edgar? — é feita em escolas. A escola foi feita para ensinar; não foi feita para alojar. Essa é uma distorção. Nós temos que começar a discutir o esporte escolar. E essa discussão passa por isso também.

Sobre os Jogos Escolares do Estado de São Paulo, a Secretaria de Estado realiza essa competição em quatro categorias: pré-mirim, mirim, infantil e juvenil. Só vai para frente, até o COB ou até o Governo do Estado, a categoria mirim e a categoria infantil. O restante para na fase Diretoria de Ensino. Ou seja, são abrigadas aquelas escolas pertencentes à Diretoria de Ensino. Essa competição é realizada em quatro fases. Uma fase é Diretoria de Ensino, da qual, no nosso local de abrangência, participam 17 cidades. E o Governo do Estado dá transporte, premiação, lanche e arbitragem.

Os campeões da Diretoria de Ensino vão para a segunda fase, Interdiretorias de Ensino, que abrange quatro cidades de grande porte: Botucatu, Bauru, Lins e Jaú. A responsabilidade é da Secretaria da Educação e da Secretaria de Esporte e Juventude do Governo do Estado.

As escolas que conseguiram, na sua região, ir à Final Estadual estão na terceira fase. O transporte, alimentação e premiação são fornecidos pela Secretaria de Esporte e Juventude e a Secretaria da Educação não entra com nada. Com relação a alojamento, ele é em escola, com colchão no chão ou em cima de carteira. Vocês que estão aqui, se participaram, sabem do que eu estou falando.

E a quarta fase Brasileiro é conduzida pelo Comitê Olímpico Brasileiro, sem ônus nenhum para as delegações. Aquelas que se consagram e conseguem ir para



lá voltam com uma mente muito mais arejada. Quando chegam ao Município, elas querem, no mínimo, que cada Governo Municipal dê condições, se não iguais, melhores. E vocês sabem que isso não vai acontecer mesmo.

Todas as escolas, pelo menos as da nossa região de abrangência, possuem turmas de treinamento. E as quatro fases, como eu falei, são tão somente para as categorias mirim e infantil.

Na Secretaria Estadual, o número de participantes na Diretoria de Ensino, com a qual nós somos contemplados, é de aproximadamente 1.500 estudantes por categoria: feminina e masculina. Quanto à responsabilidade, da qual eu já falei, na primeira e segunda fases, a Secretaria da Educação dá transporte e lanche; e a Secretaria de Esporte e Juventude dá a arbitragem e premiação.

O Edgar disse que as confederações é que fazem a arbitragem da fase Brasileiro. Sabem quem faz a arbitragem nas fases anteriores? O professor de educação física, que nem sempre tem qualificação para apitar um jogo. E vocês que estão aqui sabem que um árbitro não preparado acaba com um time que poderia ter ganhado a partida. A realidade no Município é outra.

Na terceira fase, a responsabilidade de fornecer transporte, lanche, alojamento, alimentação e arbitragem é da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude. E a Secretaria de Estado da Educação sai fora. E a quarta fase é o Comitê Olímpico Brasileiro que organiza, executa e avalia, sem problema nenhum.

Eu preciso chegar mais perto, porque eu tenho deficiência visual — não é muita. Estas são as sugestões, Deputado, que precisamos começar a ver. A primeira é apoiar as escolas municipais na efetivação do esporte na escola com a obrigatoriedade da implantação das turmas de treinamento. Professor de educação física da grade curricular é uma coisa. Professor de educação física para dar treinamento para suas equipes é outra. Ele tem que fazer isso em turmas de treinamento específicas e tem que ser remunerado para isso. São duas coisas distintas.

A segunda é criar o clube escolar com vista ao desenvolvimento das atividades esportivas nas escolas municipais. Hoje, Deputado, quem sabe das coisas, quem sabe o que é melhor nem sempre é o gestor; é o estudante. Da mesma maneira, as universidades têm suas atléticas. Quando esses meninos forem



para a universidade — e vão, verão que ela tem uma atlética que administra a parte esportiva da faculdade. Eles é que sabem. Eles é que vão cobrar do professor de educação física e do diretor a participação. Então, tem que se criar um clube escolar cuja direção seja dos estudantes, para que eles possam realmente reivindicar. E a palavra hoje é reivindicar.

A terceira sugestão é criar lei específica para processo seletivo de professores substitutos. O objetivo é não prejudicar as escolas enquanto o processo efetivo estiver em competição. Não sei se esse é o caso de vocês. Mas na maioria das escolas o professor consegue contemplar a sua cidade, a sua escola para uma outra fase, ele tem que deixar a sua escola por alguns dias.

Quem fica na escola para dar aula para os alunos que não fazem parte da sua equipe? Ninguém, ninguém. E o que acontece? Hoje a possibilidade é que a educação permite que se contrate, por alguns dias, não um professor substituto, mas um professor concursado que está numa lista de espera. Só que, quando o professor se encontra nessa lista de espera, com o passar do tempo, ele já arrumou outro emprego. Então, quando você o chama, ele não pode cobrir. Portanto, deveria ter uma lei específica que permitisse, através de processo seletivo, contratar professores substitutos. Se um professor tiver o mérito de ir para uma outra fase, é possível pegar um professor substituto e colocá-lo para dar aula. Isso vai fechar uma lacuna muito importante e vai estimular o professor de educação física, que foi contemplado com uma viagem, a fazer seu trabalho da melhor forma possível.

Promover capacitação de professores no âmbito municipal e regional. É difícil hoje fazer com que essa capacitação ocorra na capital. Nenhuma escola vai liberar o seu professor de educação física para passar 2 a 3 dias na capital ou num lugar longe, onde ele tenha que pagar por hotel ou por alimentação, para fazer um curso de capacitação. Não tem como. Então, nós temos que ter capacitação de professores, em âmbito municipal, com todas as despesas pagas pelo órgão estadual ou pelo órgão federal.

É preciso instrumentalizar ainda mais as escolas dos Municípios com equipamentos esportivos adequados à prática do esporte. Hoje são muito poucas as escolas que têm uma quadra esportiva, de 40 por 20, para fazer a modalidade de voleibol, de *futsal* e de handebol. O Edgar sabe como é a realidade. Além disso, o



que acontece? Nem sempre as escolas podem ter uma quadra com aquela dimensão. Se a quadra for descoberta, esqueçam: ela também não irá para frente. Portanto, nós temos que ter instrumentos que façam com que os equipamentos se adequem à prática do esporte.

É preciso também destacar, no orçamento municipal, para quem é de Prefeitura, no orçamento da Prefeitura, recursos específicos para o esporte, tanto de infraestrutura quanto de competições.

Eu quero dizer para todos aqui o quanto se gasta no Município para fazer o campeonato escolar. Hoje a Secretaria Municipal de Educação gasta, para fazer todo atendimento municipal para essas competições, 60 mil reais — e ponto. A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer gasta, para fazer, seguindo o mesmo objetivo, os jogos estudantis e os festivais, 35 mil reais. Esse é o gasto que cada Município tem para fazer esse tipo de competição. Não vem ajuda de ninguém. Com o Orçamento de alguns anos — e o Miranda sabe disso —, cada vez mais a educação e a saúde têm obtido, por uma questão de necessidade, o valor maior do orçamento do Município, em detrimento de outras secretarias, que não têm tanta prioridade. Isso não é uma deficiência da gestão do Prefeito, é uma deficiência da realidade.

Na audiência pública que nós realizamos aqui no dia 05, Deputado, nós fizemos uma colocação de quanto resta para a Secretaria de Esportes do Município em função da distribuição do orçamento. Essa é a realidade do País.

Para muitas modalidades, apresentadas pelo Comitê Olímpico do Brasil na final do Brasileiro, as Prefeituras não têm recursos. Para *badminton*, nós não temos nem professores capacitados. Quando falo em capacitar professores, é para esse tipo de modalidade. Nós não temos: *badminton*, tiro com arco... Essas modalidades mais específicas vêm de algum lugar, de colégios particulares, provavelmente — não tenho os dados, mas o Edgar deve saber isso. Quer dizer, nós ficamos, na verdade, com o arroz e o feijão que são: *futsal*, handebol, vôlei, basquete, atletismo, xadrez, dama, luta olímpica.

Se eu chegar na minha cidade e falar: “*Vou colocar luta olímpica aqui, vai ter zero de participação*”, primeiro porque nós não vamos ter profissionais capacitados para isso. Por isso é que essa capacitação de profissionais é importante.



Hoje essa estrutura que o Comitê Olímpico do Brasil coloca à disposição da fase do Brasileiro e a fase estadual Mato Grosso do Sul não são a realidade. Os senhores já ouviram falar de Jogos Abertos do Interior, uma competição poliesportiva da mais alta magnitude, no Estado de São Paulo. As pessoas dormem em alojamento, em colchão, mas, quando a equipe da cidade é *top* de linha, com um time de voleibol, um time de basquete, um time de *futsal*, um time de handebol, que tem patrocínio, eles não ficam no alojamento, eles vão para hotel, totalmente separados da raia miúda, como chamamos.

Então, o que lhes digo é que eu já estive do outro lado do balcão. Eu já fui do Ministério do Esporte, já fui do Governo do Estado e agora sou Secretário Municipal. Todas as decisões que eu tomei nesses cargos, que antecederam minha ida à Secretaria Municipal, seriam hoje totalmente diferentes porque no Município é onde tudo acontece. Se o recurso não chegar na ponta, nós não vamos a lugar algum.

Por isso, a discussão hoje dos Jogos Escolares é tremendamente importante, mas eu sei que o Deputado vai querer uma abrangência maior lá na frente para discutir o esporte na escola.

Desculpe se fui muito contundente...

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Antes de encerrar, se me permite, o senhor poderia voltar à última apresentação?

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA - Pois não. Sugestões.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Não, não era a última. Quando você encerrou, passou à frente. A penúltima, então.

Você falou o seguinte: "*Ter orçamento para esporte e infraestrutura...*"

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA - Na LOA.

Por que hoje, Deputado? Hoje, quando o orçamento é elaborado, o orçamento é muito abrangente, ele não é como educação e saúde, porque educação tem que ter no mínimo 25% e saúde 15%. Nunca é isso, é sempre muito mais. E quando é muito mais vai tirar de outras secretarias. Por isso, se nós conseguirmos, no orçamento municipal, via projeto de lei, que se faça com que a educação também invista na área de esportes, porque a educação investe na área de esportes na escola, que tem um orçamento diferenciado... Todas essas coisas têm que ser discutidas. Eu vejo que o Miranda, no Mato Grosso do Sul, tem também essa



dificuldade com relação ao orçamento, se bem que Secretaria Municipal, Secretaria de Estado e fundação têm nomenclaturas diferentes. Por quê? Porque fundação é mais ágil, ou seja, estão todos hoje partindo para esse tipo de situação.

Acho que é só. Não sei se eu me estendi muito.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Muito obrigado, Sr. Antônio Carlos Pereira.

Queria agradecer a presença dos alunos e das alunas do Centro de Ensino Médio do Riacho Fundo I. Muito obrigado pela presença de vocês aqui. (*Palmas.*)

Chamo para a última apresentação a Sra. Ana Elenara da Silva Pinto. Por favor.

A SRA. ANA ELENARA DA SILVA PINTO - Boa tarde a todos.

Meu nome é Ana Elenara.

De início, peço desculpas pelo atraso. Na verdade, solicitaram-me que fizesse parte dessa agenda com uma apresentação em nome do nosso Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNEELIS), Sr. Evandro Garla, ainda no período da tarde, mas tenho muita tranquilidade porque fazemos parte da construção da política nacional, especialmente das ações que dizem respeito à SNEELIS, que é a Secretaria finalística dentro do arcabouço do Ministério do Esporte que trata do tema, que se debruça, que estuda e que procura entender e também contribuir com as discussões.

É nesse sentido que eu trago uma contribuição para a nossa reflexão a partir do olhar do Ministério do Esporte, especialmente o dessa Secretaria finalística, sobre a proposta dos Jogos Escolares Brasileiros, apontando desde já, como já é sabido e já foi amplamente falado aqui, que a responsabilidade pela organização e realização dos jogos juvenis é do COB, mas que entendemos também — é importante destacar — a responsabilidade do Ministério do Esporte no fomento à realização e à organização, mas principalmente à prática, ao treinamento e ao surgimento de novos talentos nas escolas de todas as esferas do nosso País. É nesse sentido que ao final também quero destacar o principal programa que tem vínculo direto com os jogos escolares brasileiros, que, no caso, é o Atleta na Escola. Já de antemão informo, como vocês devem estar acompanhando, que é



desenvolvida uma parceria entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação. Não sei se os senhores já conhecem, mas certamente já ouviram falar.

Nós fizemos no ano anterior e apresentamos para o nosso Secretário, que também tratou com o nosso Ministro recentemente, o nosso olhar histórico sobre os jogos nacionais, sobre os Jogos Escolares Brasileiros. Nesse sentido, eu trago algumas reflexões para pensarmos a respeito.

Nós entendemos a importância dos jogos na esfera em que estão, obviamente, com as contribuições do Governo Federal, e citamos três importantes frentes que entendemos que não podem estar desvinculadas da construção desse processo, porque os jogos nacionais são a etapa principal, são a culminância desse processo, mas precisamos, enquanto Ministério do Esporte e Ministério da Educação especialmente, fomentar a base, junto com os gestores municipais e os gestores estaduais, fazendo essa construção crescente. Nesse sentido nós sempre destacamos o Ministério da Educação e suas relações com as Secretarias de educação básica, de ensino superior, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

O Ministério do Esporte é o responsável pela construção da Política Nacional do Esporte e tem como principal mediador a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, Secretaria finalística que trata das políticas sociais do Ministério do Esporte e, portanto, do Programa Segundo Tempo, do Programa Mais Educação, que é uma importante parceria com o Ministério da Educação que consegue contemplar cada vez mais jovens e adolescentes na esfera escolar, fomentando a prática da atividade esportiva no dia a dia enquanto direito. A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento é a secretaria finalística do Ministério do Esporte que trata do treinamento, do rendimento, do resultado. Entendemos que o Ministério da Defesa também é importante parceiro que pode ser considerado nesse processo.

Trazemos aqui também um glossário com as informações que vão ser deixadas à disposição.

Vimos a vida ativa do esporte, uma visão preliminar do esporte enquanto um tema plural, amplo e que não pode ser visto de forma especificada, ou seja, o rendimento em determinada modalidade obviamente é necessário, mas se pensa no



sujeito como um sujeito em desenvolvimento, que precisa passar por um ciclo que obedece diferentes fases: a Iniciação Esportiva I, que é o contato com as práticas esportivas na escola, a Iniciação Esportiva II, que já é o interesse do respectivo aluno por determinadas modalidades, logo na sequência a performance, com competições escolares do setor federativo, com competições universitárias no que diz respeito também ao sistema federativo e também com competições internacionais — por que não pensar? — objetivando o resultado, a performance.

E nós fizemos uma visão preliminar do histórico desses jogos que perpassa desde o nome do evento, desde 1969, sua criação, até 2012, período final dessa análise. Perpassa também a relação de faixa etária, representatividade, financiador e organizador. Esse material fica à disposição de todos vocês. E nós relembramos esse histórico, quando começaram os JEBs, qual a representatividade em relação a Municípios, Estados e União e suas responsabilidades nesse processo. Nós entendemos que os jogos são, sem dúvida alguma, um grande legado no sentido do que ele pode oportunizar aos nossos jovens enquanto prática esportiva, vivência esportiva e também resultado, para aqueles que sonham com os melhores resultados, com a medalha, com o reconhecimento.

Então, o legado é considerar no plano legado jogos Rio, que é o próximo megaevento do Brasil, do nosso País, como o centro das quatro prioridades-chave, que são: transformação da cidade — vamos pensar também nessa lógica —; inserção social, com habitação, treinamento emprego; juventude e educação, aqui destacada; e os esportes. Entre as ações da área de juventude e educação, quero destacar, como eu já falei inicialmente, o Programa Segundo Tempo, o Programa Mais Educação, os jogos escolares e também os jogos universitários.

O objetivo geral de toda essa análise é justamente incentivar a prática esportiva em todas as escolas numa perspectiva de formação integral, estimulando a formação dos atletas e difundindo valores olímpicos entre os estudantes brasileiros. Como objetivo específico, pretende-se aumentar a prática esportiva na escola, enquanto direito no âmbito da escola, descobrir os talentos esportivos — portanto, também pensar em como oportunizar para que esses jovens que têm direito à prática também possam ter direito a ver o seu talento sendo desenvolvido com toda a estrutura e condição necessária —, difundir os valores olímpicos,



umentar o rendimento escolar, sempre numa lógica também de o esporte ter e para, ou seja, pelo e para, o esporte no sentido do retorno que ele pode proporcionar, sempre com viés de educação sobretudo, e reduzir o abandono escolar, também fazendo uma lógica do que já está posto nos nossos programas sociais, especialmente no Programa Segundo Tempo e no Programa Esporte na Escola.

Público-alvo: os estudantes da rede pública dos ensinos fundamental e médio. O sistema de educação obedece tanto as dimensões do esporte educacional quanto do esporte escolar e tem uma proposta de níveis e também de faixas etárias, com objetivos e parcerias para atender a cada um desses níveis. Por exemplo, o esporte educacional teria os níveis 1, 2 e 3, com faixas etárias que iniciam com 6 anos e vão até 18 anos, e são definidos enquanto Iniciação Esportiva 1 e 2, Prática Esportiva e Educação Olímpica. Têm como parceiros sempre o Ministério da Educação, o próprio Ministério do Esporte, o Ministério da Saúde e também o Ministério da Defesa. A mesma coisa em relação ao esporte escolar. Aí seriam os níveis 4 e 5 já com o objetivo de descobrir talentos e dar a eles a oportunidade de treinamento e educação olímpica, visando as competições, que perfazem, portanto, a idade a partir de 12 anos e se destacam até os 17 anos, também tendo como parceiros, nessa lógica, o Ministério do Esporte, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e também o da Defesa.

No caso do nível 5, acrescentamos o COB, CBP e CBDE como importantes parceiros, também uma proposta de fluxo de competição. Por que isso? Porque nós entendemos que o principal objetivo, além do que o COB já realiza enquanto Governo Federal, é justamente estimular essa relação do atleta na escola com as suas etapas municipais, estaduais e nacional.

Então, entendemos que o principal é a nacional, numa visão maior, mas que nós precisamos dar suporte para as realizações das etapas anteriores enquanto união nas relações com os Estados, os Municípios, as Secretarias de Educação e Secretaria de Esporte e Lazer também, criando essa rede.

Temos que ver no atleta do esporte — vou falar mais à frente sobre isso — uma importante ação que pode vir a ser priorizada pelos Municípios. Vendo no fluxo escolar as competições internas nas escolas, nós queremos verdadeiramente



contribuir junto ao MEC, as competições Municipais, dando condições por meio do Atleta na Escola, para que elas aconteçam, de fato, com a estrutura adequada para isso, vislumbrando as etapas tanto estadual, quanto nacional e internacional, como o sul-americano escolar, jogos, mundiais escolares e ginasiade também, que já tem o apoio do Ministério do Esporte.

As modalidades perfazendo todas elas são: atletismo, badminton, basquete, ciclismo, futsal, GRD, handebol, tênis de mesa, judô, luta olímpica, natação, *taekwon-do*, vôlei, vôlei de praia e xadrez.

Aqui estão os jogos escolares brasileiros, as idades e também as modalidades. Então, essa é a lógica do que anteriormente já foi falado e aqui está destacado conforme idade.

Apresentamos uma previsão também de sistema de controle de indicadores, porque, além de oportunizar o acesso e as condições, temos que pensar também nos efeitos desse trabalho e, portanto, nos resultados que devem ser a tempo e a hora no fato, na relação de execução também de avaliação.

Aqui está uma relação com seus indicadores, dos participantes tanto da etapa interna quanto da relação das escolas que realizam a etapa interna, das escolas nas etapas municipais e regionais, das etapas municipais e regionais e nos níveis técnicos da etapa nacional também. Então, estão em todas as esferas e todas as etapas.

Esse é o sistema de controle de indicadores visto por estudantes beneficiados pelo Ministério da Educação no macrocampo de Esporte e Lazer. É o macrocampo que nós já atuamos e discutimos, enquanto todas as possibilidades de esporte e lazer dentro da educação, especialmente no programa Mais Educação, onde contempla as nossas escolas. E nessa parceria entre o Ministério do Esporte e Ministério da Educação, já são desenvolvidas várias delas, mas com o olhar mais voltado para a competição, buscando garantir o direito e não o abandono. Também o IDEB é considerado nessa relação.

Eu vou agradecer e gostaria que colocassem aqui, por favor, pode ser no Google, o nome do programa, para nós falarmos um pouquinho sobre o Atleta na Escola. Eu acredito que esse deve ser o foco aqui, uma vez que já ocorreram significativas contribuições sobre as experiências municipais, estaduais, as



discussões, as falas. Daqui a pouquinho nós vamos poder conversar sobre isso, no sentido de onde buscar, como buscar esse programa importante do Ministério do Esporte em parceria com o Ministério da Educação, que já é real, já existe e precisa ser acessado e conhecido.

O programa Atleta na Escola é uma iniciativa que visa à prática da atividade esportiva nas escolas e também busca o destaque de talentos e a oportunidade a esses de frequentar as principais competições do Brasil, não só na esfera nacional, passando, obviamente, pela municipal e pela estadual.

O esporte na escola, como se pode ver, tem essa página. É uma parceria de ambos os Ministérios, como eu falei. Em 2014, 44 mil escolas aderiram a esse programa, 22 mil escolas têm uma relação direta com as modalidades esportivas que fazem parte, tanto olímpica quanto paraolímpica. As escolas recebem um valor do Ministério da Educação, quando aderem a esse Programa que é repassado fundo a fundo. Uma vez aderindo e fazendo parte, cada escola recebe mil reais mensais para poder dar conta das condições mínimas. É um programa que está começando, está iniciando e, sem dúvida alguma, já é uma prioridade do Ministério do Esporte no sentido de fomentar e investir nele.

É um recurso ainda pequeno, mas que tende a aumentar, que garante a estrutura mínima, tanto para compra de material esportivo, uniformes, quanto para a reforma das pistas de atletismo em todos os lugares, em todas as escolas que buscarem esse programa. Recebem também 3 reais por aluno matriculado, que garantem também as demais condições para a realização desse trabalho.

Para finalizar, sugiro que todos conheçam esse programa. É um programa inovador, porque ele promove a integração de duas Pastas ministeriais importantes, que visam o aluno e, portanto, futuramente o atleta. Já na lógica do que está posto em relação ao Brasil Medalhas, é um importante programa do Governo Federal, do Ministério do Esporte, que vislumbra um planejamento estratégico, com um tempo específico, para garantia de resultados, que vê na escola, no território municipal, estadual e também nacional, as oportunidades para fomentar esse surgimento de talentos e também o reconhecimento desses.

Por ora é isso, obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Muito obrigado, Sra. Ana Elenara da Silva Pinto.

Finalizando as apresentações, vamos abrir espaço ao debate.

Eu sou o autor do requerimento, mas eu vou abrir mão de falar primeiro e vou passar a palavra ao meu colega Deputado Edinho Bez, para fazer as suas primeiras perguntas. Em seguida, eu faço as perguntas, e nós vamos debatendo.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Obrigado, Deputado Fernando Monteiro.

Eu aproveito para cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela iniciativa. É um assunto de extrema importância.

Nós tratamos disso há mais de 12 anos na Comissão de Esporte e Turismo. Para quem não sabe, era a mesma e foi desmembrada. Eu continuo nas duas, por isso eu fico para lá e para cá, mas os dois temas são importantes.

Eu defendo há muito tempo — o momento é propício pelos representantes aqui — que nós do Congresso deveríamos, junto aos governos municipais, estaduais e federal, estar voltados mais para o Município. Eu ouvi isso do Prof. Antônio, porque é realmente no Município que as pessoas vivem, nascem, crescem e se formam. Nós passamos por isso também.

Nós sabemos da vocação do brasileiro na área do esporte. Nós estamos nos destacando a cada jogo regional, interno no Município, no Estado, no Brasil e em torneios e eventos internacionais, como agora em Toronto. E teremos as Olimpíadas ano que vem no Rio de Janeiro.

É importante que nós tenhamos leis específicas, valorizando e descobrindo os talentos que nós temos no Município. Não adianta o Estado e a União quererem fazer. Por isso, eu defendo a descentralização das coisas, porque não tem como estar longe e saber o que está acontecendo. E o Governo tem a obrigação de estar perto do povo, perto das necessidades.

Eu cito o exemplo do nosso ex-Prefeito Mourão, hoje prefeito novamente em Praia Grande, São Paulo. Por iniciativa própria — pelo menos é a informação que eu tive dele próprio também, — ele comprou umas quatro câmeras e resolveu filmar os jogos no Município de Praia Grande. E contratou para trabalhar na Prefeitura alguém experto ou técnico ou coisa parecida, nos finais de semana, principalmente quando havia competições, segunda, terça e quarta, digamos, eu não conheço *in loco*. Esse



técnico, profissional, assistia aos videoteipes e avaliava as crianças. Foi ali que eles descobriram o Neymar, para quem não sabe.

Descobriram mais jogadores importantes e passaram a acompanhá-los. O Prefeito ligou para o Presidente dos Santos Esporte Clube, dizendo que havia uns quatro meninos, se não me engano de 12 anos, 13 anos, 14 anos, que estavam se destacando, e que era importante ter um olheiro dos Santos lá. O Presidente não deu atenção.

O Prefeito insistiu e foi assistir também a vários jogos. Encantado, ligou para o Presidente de novo: *“Se o senhor não quer me dar atenção, não tem problema. Eu vou ligar para Botafogo, Flamengo, Vasco, Presidente. Quem sabe eles mandam alguém aqui para dar uma olhada, porque nós estamos revelando alguns jogadores”*. Foi quando o Santos mandou, mais por educação.

Vou resumir a história. Foram vários jogadores que saíram de lá, entre eles o Neymar, numa iniciativa do Prefeito Municipal. Prefeito que eu digo é prefeitura, a estrutura, os secretários.

Então, é lá na prefeitura, é lá no Município — eu concordo com o Sr. Antônio —, que nós temos que dar a estrutura e acompanhar à distância, mas dar condições, colocar orçamentos.

Acho isso importante e interessante, porque o esporte tem inúmeras vantagens. Não me cabe aqui relatar todas. É ocupação do aluno aprender a valorizar as competições, a participar de disputas e ver que a vida não é fácil para ninguém. Tem-se que aprender quando é jovem, não depois.

Por que nós temos marginais? Porque não aprenderam o suficiente, e ali é a base. Eu tenho sete irmãos, somos oito. Todos trabalhadores, todos dedicados, nunca ninguém respondeu processo em nada, porque nós temos berço, nós temos formação. Meu pai também jogava futebol. Então, é ali que nós vamos descobrir os talentos e servir para a educação de um modo geral.

Quando falamos em orçamento, também não vamos ser irresponsáveis e iludir que nós teremos recursos para atender toda a demanda do País. O que nós precisamos fazer no País é aumentar a produção. Nós temos que incentivar que, sem trabalho, não existe progresso. Nós temos que saber que, se tem alguém se



alimentando sem trabalhar, tem alguém trabalhando por ele. Nós temos que ter uma conscientização de baixo, orientando as pessoas que temos que produzir.

Por que caiu a arrecadação dos Municípios dos Estados do Brasil? Porque o PIB diminuiu! Nós diminuimos a produção! E aí sobra para todos! Não adianta aqui sonhar e inventar, claro que nós temos que ter filosofias, que ter orçamento, que fazer leis.

Se nós não tivermos a consciência de aumentar a produção e, com a arrecadação, valorizarmos o esporte, a começar pelo Município, e fazermos leis específicas, ficará difícil nós ficarmos só na teoria.

Essa é a minha avaliação. Serei bastante breve aqui.

Foram dadas algumas sugestões aqui para nós. Pena que eu não pude assistir a 100% das que vocês deixaram para nós. Os nossos quatro convidados, Deputado Fernando Monteiro, poderão colaborar, não só hoje, dando-nos sugestões, *a posteriori*, vindo aqui. Esta Comissão existe para isso. A Comissão é de vocês! É do povo! Nós representamos a população, fomos eleitos para isso!

Muitas vezes nós não fizemos determinada lei ou leis ou deixamos de fazê-las, porque também nós não sabemos tudo. Nós não conhecemos tudo. Ninguém é experto em tudo. Qualquer pessoa pode se candidatar. Nós temos pessoas — Deputados e Senadores — que têm condições de discutir leis. Mas nós temos outros que não têm condições de discutir leis. Junto com vocês que vivem no dia a dia, que têm o sentimento, ouvindo também os professores, secretários municipais e alunos, nós poderemos contribuir e muito, porque o Brasil já provou que tem vocação para isso.

Eu quero fazer, rapidinho, quatro questões. A primeira delas é sobre o acompanhamento de onde esses alunos treinam, como é a infraestrutura da escola onde estudam e o perfil socioeconômico. O Sr. Antônio já deu alguma contribuição, mas se puder responder depois... Vou repetir: acompanhamento de onde esses alunos treinam, como é a infraestrutura da escola onde estudam e o perfil socioeconômico.

A segunda pergunta é como é a prestação de contas. Há informações detalhadas no *site* do Comitê Olímpico Brasileiro ou no Ministério do Esporte. Prestam contas para quem dos recursos? Como é a programação conjunta com a



Confederação Brasileira do Desporto Escolar — CBDE, determinada por lei para os gastos com recursos das loterias com o desporto escolar, conforme o art. 56, §2º, da Lei nº 9.615, de 1998? É outra coisa com a qual nós aqui poderíamos colaborar: alterar a lei, incluindo mais recursos das loterias ou algo parecido.

A última. A propósito, como é a prestação de contas da CBDE com relação aos recursos a ela repassados? Nós temos o Decreto nº 7.984, de 2013. O art. 29, §4º, do referido decreto diz que 50% dos recursos serão empregados para desporto escolar. Nós estamos fazendo essas perguntas, porque nossa assessoria levantou isso, também.

E, também, lembro que nós escutamos isso no dia a dia. Quando participamos de debate de rádios, vêm perguntas e tal e, às vezes, não temos a oportunidade de respondê-las.

Agradeço. Parabéns pela iniciativa, Deputado Fernando Monteiro. Obrigado pelos convidados que aqui compareceram. Juntos, nós vamos começar a melhorar o nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Muito obrigado, Deputado Edinho Bez.

Eu queria passar aqui essa resposta — eu acho que até da primeira pergunta, feita pelo Sr. Deputado. Eu acho que cada um poderia responder, não é? Poderiam responder a essa pergunta, também, o Comitê Olímpico, o Ministério, a Associação dos Municípios e até o Secretário, porque é importante não só o evento, mas, também, se pode monitorar.

Eu tenho exemplo lá em Pernambuco de uma atleta de que nós nunca tínhamos ouvido falar. Chama-se Yane Marques, uma sertaneja sofrida, que nasceu em um lugar onde nem água há direito. E só veio ao nosso conhecimento que ela era pernambucana depois que ela foi medalha de bronze em Londres — e aí começou. Então, que nós consigamos buscar outras “yanes”. Mas, antes de o atleta pegar a medalha, que ele seja incentivado já na base, que se incentive sobremaneira.

Sr. Deputado, é engraçado que, no pentatlo, há tiro, cavalo, corrida. No Sertão, há os dois primeiros, mas não há a corrida. Lá há a corrida contra a sede. Então, o despertar de uma sertaneja a ir buscar um esporte do qual ela sequer está



perto e ela ir e disputar uma medalha olímpica chama a atenção. Ela quase ganhou o ouro olímpico, quer dizer, faltou muito pouco. É uma das esperanças do Brasil, em 2016, que ela traga essa medalha.

Por isso, eu queria, complementando a pergunta do nobre Deputado, que cada um entendesse um pouco se acompanha, se acompanha o atleta. Porque este exemplo do Neymar é um exemplo muito interessante, mas é muito específico para o futebol. Nós fomos o País do futebol. Mas hoje nós somos o País do esporte. Então, nós queremos crescer um pouco, agregar um pouco, tirar um pouco o foco do futebol e pegar outros esportes.

Nós já fomos o País da monocultura, de duas culturas só, que eram cana-de-açúcar e café. E hoje temos indústria, temos turismo, temos outras coisas. Então, nós precisamos, no esporte, fazer o mesmo que foi feito. Por isso, eu queria ver se cada um, por favor, respondesse se há esse acompanhamento e como ele é.

O SR. EDGAR HUBNER - Obrigado, Sr. Deputado.

Eu vou tentar fazer uma resposta mais completa para V.Exa. Primeiro, eu agregaria uma informação importante. Alguns anos atrás, eu dediquei um tempo a um estudo sobre o esporte escolar no País. E uma das conclusões a que nós chegamos nesse trabalho, junto com o Comitê Olímpico Internacional, é que é fundamental — embora o Município seja, realmente, o ponto inicial, de origem — que nós mantemos motivado o professor.

Ele é a pessoa com a qual nós temos que dedicar o nosso maior tempo e o nosso maior investimento, porque ele que mantém os projetos vivos. É ele que motiva as crianças, é ele que, permanentemente, sol a sol, está lá dentro da escola, e ele está dentro do ambiente do Município, com certeza. É de lá que vem esse processo. Então, é só agregar isso, Sr. Deputado.

Eu sou profissional de Educação Física, e nós temos trabalhado, incessantemente, na capacitação, também, dos profissionais porque acreditamos que são eles que movimentam e que ficam 15, 20, 30 anos mantendo as crianças em atividades. As crianças saem, há uma evasão normal do esporte escolar. Elas passam pelos projetos, mas o profissional permanece. Então, este tem que ser um alvo nosso dentro do Município num ambiente da escola: o profissional de Educação Física.



Especificamente com relação ao orçamento, eu gostaria de colocar da seguinte forma a situação. Em 2001, quando a Lei Agnelo/Piva foi editada, dentro do seu texto, ela tem especificamente uma aplicação de 10% do valor arrecadado das loterias, exclusivamente, para esporte escolar. Em números redondos, vamos dizer que uma estimativa de 200 milhões ao ano se transforma em 20 milhões de reais ao ano, para aplicação nas fases nacionais dos jogos escolares — duas categorias. Isso foi sendo feito ao longo dos anos.

V.Exa. falou de mudanças de lei, e aí um alerta aos Municípios, aos Estados e ao Ministério — que é o nosso parceiro também. Nós já temos discutido isso. Há 2 anos, nós tivemos uma mudança na lei, e essa lei, respondendo a V.Exa., está sendo cumprida. Essa lei faz com que 50% desse orçamento destinado ao esporte escolar, que venha ao Comitê Olímpico Brasileiro, seja aplicado, diretamente, na Confederação Brasileira de Desporto Escolar.

Então, do valor arrecadado anualmente, que é o previsto na lei, 50% vai para a CBDE, que faz a administração e a gestão desses recursos. Esses recursos, efetivamente, em algum momento, vão fazer falta na realização da etapa nacional desses jogos que nós estamos realizando.

Complementando a sua pergunta, o Comitê Olímpico Brasileiro presta conta ao Tribunal de Contas da União — TCU e à Controladoria-Geral da União — CGU de todos os recursos aplicados no desporto escolar. E, por consequência, a CBDE também presta conta ao Comitê Olímpico Brasileiro de todas as suas ações, que são, também, idênticas a todas as confederações olímpicas filiadas ao Comitê Olímpico Brasileiro, que recebe em recurso. Então, é muito claro o processo.

A CBDE, no início do ano, apresenta o calendário internacional. Basicamente, esse é o calendário que ela executa: seletivas para as etapas internacionais e eventos internacionais, como jogos escolares sul-americanos. A partir dessa aprovação, nós destinamos 50% do valor arrecadado — e aí varia de ano a ano, conforme a arrecadação das loterias, metade vai para a CBDE e metade nós aplicamos no desporto escolar dentro dos jogos na fase nacional. Então, acredito que tenha contemplado as suas questões em relação à aplicação de recurso.

O que nós temos é uma visão do Presidente, Nuzman, que foi desenhada em 2002. E, a partir daí, nós tivemos oportunidade de sentar com o Ministério do



Esporte e com o grupo das Organizações Globo. Foi feito um estudo mostrando que os principais países do mundo que têm hoje destaque no esporte internacional têm uma educação e um esporte na escola fortalecidos.

Se nós pegamos o modelo dos Estados Unidos e dos principais países do mundo que têm destaque, como a China, etc., eles têm um desporto escolar e uma educação física dentro da escola, extremamente, fundamentada. O Comitê Olímpico Brasileiro hoje é responsável por apenas um projeto de esporte escolar. Nós não somos responsáveis pelo projeto do esporte escolar no Brasil. Em alguns momentos, somos até cobrados por isso. As pessoas nos questionam.

Como é o acompanhamento que V.Exa. falava? Essa é a grande lacuna que eu acho que nós temos hoje dentro do desporto nacional. Nós conseguimos, através de vários projetos, como o programa Atleta na Escola, os Jogos Escolares, as etapas municipais, as etapas estaduais, identificar os garotos e as garotas em potencial. Mas nós temos uma lacuna, que é onde encaminhá-los, para onde eles seguem a sua carreira esportiva. Eles já estão, praticamente, saindo da escola. Eles já entram na fase em que precisam iniciar o trabalho para o próprio sustento, e aí falta este espaço de encaminhamento.

Esse é outro trabalho que nós começamos a desenvolver dentro do Comitê Olímpico agora, que se chama Projeto 20/24. Nós já estamos trabalhando com programas de identificação de talentos e de gestão desses talentos visando aos Jogos Olímpicos de 2020, em Tóquio, e de 2024, que ainda não temos a cidade-sede.

Complementando isso, nós somos um País responsável dentro do continente da América do Sul e, desde 2013, nós temos agora os Jogos Sul-americanos da Juventude. A primeira edição foi no Peru, em 2013, e, desde o ano passado, eu me tornei o novo Diretor dos próximos Jogos Sul-americanos de Juventude, que vão acontecer em Santiago, em 2017.

Também vamos ter os Jogos Olímpicos da Juventude, em 2018, em Buenos Aires, que é o mesmo modelo dos jogos olímpicos para jovens de até 17 anos. Então, significa que, se nós queremos uma medalha olímpica em 2018, nos Jogos Olímpicos da Juventude em Buenos Aires, essas crianças têm 13 e 14 anos neste ano, são as crianças que estão dentro das escolas, nos Municípios, estão nos



projetos do Atleta na Escola, estão nas etapas do Mato Grosso do Sul, em que também há medalhistas olímpicos. Agora, na China, houve medalhista olímpico de judô do Mato Grosso do Sul.

Então, nós não temos dúvida. Hoje, nossa etapa nacional custa em torno de 8 milhões de reais, cada etapa nacional custa 8 milhões de reais, e o maior investimento — eu mostrei na apresentação — é exatamente na questão de autoestima das crianças. São todas hospedadas em hotéis, todas transportadas adequadamente, todas alimentadas com condição; muitas das crianças são originárias de escolas públicas que nunca tiveram oportunidade de dormir numa cama de hotel, nunca tiveram oportunidade de viajar de avião. Muitas delas brincam de andar de escada rolante ou ficam no elevador do hotel o dia inteiro andando de elevador porque elas não têm essa estrutura nas suas cidades e talvez seja a única oportunidade que elas têm exatamente neste momento. Eu vi crianças que não queriam sair do restaurante, queriam ficar comendo o dia inteiro porque não tinham três refeições na sua cidade, na sua escola. Vi crianças que tiveram contusão, que deveriam ser retornadas às suas cidades e que não quiseram porque tinham mais atendimento com a gente, dentro da etapa nacional.

Então, eu estou há 11 anos dirigindo o projeto e acredito no que eu estou fazendo, eu acredito que o Comitê Olímpico Brasileiro tem feito um papel fundamental neste processo. Evidentemente, a sobrecarga é dos Estados porque hoje a maior reivindicação dos Estados é exatamente em relação ao transporte para a etapa nacional, que é o que custa mais, levar essas crianças, porque é ônus para os Estados até a etapa nacional.

E, se o Deputado me permite, quando V.Exa. falava do Nordeste... Há alguns anos, quando fomos definir a cidade de Belém do Pará como sede dos jogos, nós fomos questionados: *“Mas Belém do Pará é tão distante!”* Eu tive dois argumentos, primeiro: o Pará foi a todos os eventos que nós realizamos em qualquer parte do Brasil e, se nós tivéssemos esse tipo de pensamento, os jogos olímpicos não seriam no Rio de Janeiro, eles seriam sempre em Paris, em Roma, em lugares de fácil acesso para quem tem condição. E nós tivemos o maior número de participantes do evento em Belém do Pará. Foi a grande surpresa porque todos os Estados foram ao



Pará. E aí nós percorremos o Brasil como fizemos em Cuiabá, Fortaleza e assim por diante.

Então, hoje é um projeto nacional que é representado dentro dos cinco maiores projetos do mundo, os países nos observam. Semana que vem estou no Peru fazendo um trabalho de cinco dias com o Ministério de Educação do Peru, por quê? Porque hoje nós temos um modelo em parceria com o Ministério do Esporte, com os Estados, com as prefeituras e com as escolas do Brasil.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - (*Ininteligível*), o senhor me permite só uma observação? Esses dados... Eu não sei, não participei da apresentação, mas se vocês nos mantivessem, a nós da Comissão, informados até para nós divulgarmos isso! Porque a população não tem conhecimento disso!

O SR. EDGAR HUBNER - Desculpe-me, Deputado, eu conversei com o Parlamentar Fernando...

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Essa parceria é importante!

O SR. EDGAR HUBNER - Era importante, inclusive, que a Comissão se fizesse presente na próxima etapa, 3 de setembro, em Fortaleza, onde será a cerimônia de abertura dos jogos. Nós vamos ter os 27 Estados lá, nós vamos ter secretários estaduais, e era importante que a Comissão se fizesse representar.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Vamos levar ao conhecimento do nosso Presidente, mas as informações, independentemente de eventos, são dados importantes porque nós usamos a tribuna da Câmara, nós temos a imprensa, nós temos voz, nós damos entrevista por esse Brasil afora, televisão, rádio, e podemos passar essas informações para resgatar a autoestima do nosso povo.

O SR. EDGAR HUBNER - Nós deixamos a apresentação, inclusive, Deputado, com um dado: o percentual de 21% das medalhas em Toronto foi de garotos e garotas que passaram pelos jogos escolares. Então, nós temos dados na apresentação e podemos deixar com a Comissão.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA - Bom, vou tentar ser sucinto com os Srs. Deputados.

Primeiro: hoje todos aqueles estudantes que se destacam não precisariam ter nenhum acompanhamento, porque as pessoas sabem quem são os melhores. E esses melhores são levados para os grandes centros, por quê? Porque lá ele vai ter



uma ajuda substancial: ajuda de custo, de colégios de grife, e isso facilita muito aos clubes que não fizeram a base. Eles pegam aqueles que se destacam nos Municípios. Mas é essa a razão, eu acho que tem que ser por aí mesmo, cada um tem que ter a sua competência: a do esporte, na escola, é os profissionais de educação física fazerem o melhor possível para esses atletas se despontarem, então isso é uma coisa.

Com relação à parte familiar, eles são geralmente pessoas que não têm uma renda financeira muito grande. Eles, a maioria deles... Hoje, a educação teve um salto de qualidade porque há uma lei específica que fala dos 25%; enquanto não havia essa lei dos 25%, a educação também era preterida. Quando criaram uma lei que determinava os 25%, melhorou a merenda. Hoje a maioria dos alunos vai por causa da comida, ainda existe isso, essa é uma grande verdade! Se é realidade numa cidade do Estado de São Paulo, imagine em outras regiões do País.

Com relação... Hoje, o que acontece? Por que não se destacam, não há muito destaque desses atletas que despontam? Porque nós não temos espaços regionais. Hoje, se eu tiver um destaque em judô, a pessoa tem vínculo familiar lá, e eu não tenho um lugar próximo para ele poder se desenvolver porque, nos Municípios, nem sempre há profissionais que dão um *upgrade* tecnicamente. Não é o caso do (*ininteligível*): hoje, no âmbito de seleção, nós tivemos que importar um técnico dinamarquês, por quê? Porque em nossos profissionais, em que pesem serem muitos qualificados, falta algo a mais, uma outra coisa diferenciada. Acontece a mesma coisa com relação aos profissionais que temos na cidade.

Hoje, o que nós estamos precisando é ter — se fala muito nisso —competições. As federações e confederações fazem inúmeros eventos que abrangem a clientela do estudante, independentemente de ele estar na escola ou não. Só que essas competições são feitas perto das capitais, num raio de aproximadamente 50 quilômetros. No interior de todos os Estados, os Municípios estão a 200, 300 quilômetros. V.Exa. sabe quanto custa levar uma delegação do Município para fazer uma competição em São Paulo, da minha cidade, que fica a 230 quilômetros? Dois mil reais, dois mil! Hoje o quilômetro rodado custa 3,85! “*Mas por que, vocês não têm ônibus?*” Não temos! Os ônibus da educação — há uma lei específica que fala sobre isso — não podem transportar se não for aluno da rede municipal.



E hoje, na outra audiência, nós colocamos uma proposta, Deputado, que acho, tenho certeza de que seria muito bem-vinda: hoje a saúde e a educação fazem doação de ônibus para as escolas, para transportar alunos. A saúde recebe veículos, por que o esporte não pode receber? A saúde é a maior beneficiária. Se nós tivermos atividade física continuada, essas pessoas vão estar mais bem qualificadas, melhores de saúde, haverá menos ida ao pronto-socorro. Por que não podem doar para o esporte? O esporte hoje tem um gasto, nos seus Municípios, extremamente grande com transporte.

A Ana falou sobre pista de atletismo. Nós temos na nossa cidade — e eu não estou falando isso como um caso pontual —, nós temos uma pista de tartan, (*ininteligível*), seja lá o nome que for, emborrachada, que tem seis raias. Nós poderíamos fazer competições em âmbito regional, mais barato para os Municípios, mais barato para tudo. Não precisa se destacar para ir para São Paulo, não há verba para isso. A Federação disse que não tem dinheiro, e não deve ter mesmo, a Confederação também não tem. Então não tem como!

A hora... Do que o esporte precisa hoje, de tudo o que foi dito aqui? Precisa de uma lei como há para a educação e saúde; tem que haver um percentual obrigatório para cada Município e Governo do Estado: 38% dos Municípios do País sequer tem orçamento para o esporte. O que? Trinta e oito por cento não têm esporte? Tem, sabe como é feito? Ou o esporte está vinculado à cultura, ao turismo, ou está diretamente no gabinete do secretário, no gabinete do prefeito. Então não há uma lei específica. Tem que haver secretaria de esportes, ponto! Não pode ser mais diretoria, ou seja, um segmento que fica agregado a outro.

E segundo: deve haver um limite de porcentagem. A nossa cidade é privilegiada: tem 1,2%; 80% dos Municípios do País sequer tem 0,5% do orçamento. É um número extremamente... É insuficiente? Claro que é insuficiente, a demanda é muito grande. Hoje quem senta na cadeira de secretário, Deputado — e V.Exa. sabe disso, porque foi lá —, é 24 horas por dia atacando e se defendendo porque a demanda é muito grande.

Então, nós temos que ter uma lei que obrigue. O Estado de São Paulo não tem 0,05% do orçamento do Estado. Como é que o secretário de Estado pode fazer alguma coisa? Milagre? Em que pese ser pastor o nosso secretário de esporte do



Estado, ele não vai fazer milagre, com certeza, é muito pouco. Eu não sei como o Marcelo lá... Como ele fica. Então, hoje é o seguinte: o esporte tem pressa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Muito obrigado.

Com a palavra a Sra. Ana Elenara da Silva Pinto.

A SRA. ANA ELENARA DA SILVA PINTO - Inicialmente, eu acho muito oportuna a sua fala e principalmente os seus questionamentos.

E, aproveitando a última fala do Sr. Antônio, quero refletir com você sobre o panorama atual do esporte no Brasil hoje. E é importante dizer que, além da diversidade sociocultural que nós possuímos, muito bem destacada na sua fala, em relação a uma experiência regional no que diz respeito ao rendimento, ao resultado, e aos objetivos dessa cidadã em querer alcançar méritos maiores na modalidade esportiva da qual ela desfruta, da qual ela participa, é importante destacar que o Ministério dos Esportes foi criado recentemente, não é? É muito novato, são 10 anos de uma área, que é o esporte no Brasil, que, além de ter uma parte específica há tão pouco tempo, é tratada de forma muito diferenciada das demais, como também aqui foi colocado.

Historicamente ela foi conjugada a outros Ministérios e há apenas 10 anos ela é uma Pasta única, que pensa e reflete sobre o esporte no Brasil, com toda essa diversidade que aqui foi inclusive... Doze anos, perdão, este ano completa-se 12 anos. E dá conta de discutir e de pensar sobre o esporte no Brasil com toda essa diversidade que aqui também já foi colocada.

O orçamento é pequeno, sim, óbvio, V.Exas. devem ter conhecimento e devem acompanhar. E nós seguimos, sim, também a normativa da lei, a Lei Pelé, que define as dimensões do esporte no Brasil. Também penso que precisa ser revista, porque ela categoriza em esporte educacional, esporte lazer e esporte de alto rendimento, e não pensa o que nós trouxemos aqui como contribuição: o esporte como fator de desenvolvimento social, humano, que precisa ser pensado desde a criança até o idoso, ainda mais hoje com os dados que nós temos sobre o aumento da expectativa de vida do brasileiro, que não pode ser tratado de lado, certo?

Então, refletindo sobre tudo isso: é importante destacar também que, ao longo desses 12 anos, o Governo Federal, o Ministério do Esporte possuem... Eu quero



colocar aqui à disposição — vou tomar a liberdade, em nome do nosso secretário, que certamente faria essa fala também, em nome também do Ministro — do conhecimento de vocês, as ações do Ministério do Esporte, porque aqui nós estamos falando de uma ação específica que é coordenada pelo Comitê Olímpico Brasileiro, que tem a importante parceria do Governo Federal e do Ministério do Esporte, mas que é uma ação importantíssima e que trata de uma dimensão que é o rendimento, que é o resultado, também importantíssimo.

E nós temos, no Ministério do Esporte, importantes programas que tratam do direito social, da democratização do acesso ao esporte e ao lazer, e entendemos que isso é o princípio de tudo porque, se nós não pudermos oportunizar a todos e todas sem distinção, obedecendo a essas características, que são enormes e gigantes em nosso País, em relação a tantas diferenças, como nós vamos conseguir garantir a especificidade do alto rendimento, do direito ao acesso às medalhas olímpicas e tudo mais que está neste contexto?

Então nós entendemos, possuímos vários programas, como o Programa Segundo Tempo, no âmbito escolar com o Programa Mais Educação, uma extensão do Programa Segundo Tempo, com uma dimensão ainda maior, inclusive no sentido de alcance, porque está vinculado às escolas estaduais e municipais de todo o nosso País e tem números muito expressivos de atendimento, como o Programa Esporte e Lazer da Cidade, um programa que visa oportunizar a todos — crianças, jovens, adultos, idosos, incluindo pessoas com deficiência — o acesso diário a oficinas esportivas, recreativas e de lazer nos três turnos, incluindo o final de semana, com eventos que tratam de outras questões e que perpassam o esporte como um meio.

Na esfera do alto rendimento há o Programa Bolsa Atleta, a Lei de Incentivo, os centros olímpicos esportivos e tantas outras ações que precisam ser pautadas quando tratamos o esporte no Brasil hoje. Isso sem falar no momento atual em que retomamos com o nosso atual Ministro as discussões sobre o Sistema Nacional de Esporte. É uma importante discussão que estava em *stand-by* e também tendo uma relação muito próxima dos compromissos que o Brasil assumiu não só com a Copa, mas também com a Olimpíada, mas com o entendimento da equipe, que já existia também, de que é preciso conjugar todas essas ações e pensar que esses



megaeventos têm um tempo e eles passam e o que fica é o direito. Portanto, ele tem que ser construído enquanto acesso. As ações precisam ser tratadas senão de forma igual, inclusive na distribuição de Orçamento, mas pensadas com o mesmo cuidado, com a mesma preocupação, no sentido de fazer com que todos e todas tenham o direito ao acesso ao esporte e ao lazer no Brasil.

Pensando em outras esferas tão importantes quanto, o sistema volta também a discutir e que em nossos programas já são pensados, Deputado. É a estrutura dos nossos espaços de esporte e lazer no Brasil inteiro, relacionada ou não à escola. São os equipamentos públicos de lazer como praças, parques, quadras esportivas, campos de futebol, ginásios. É a valorização de equipamentos públicos como os centros comunitários das nossas cidades que também podem ser equipados para a prática das atividades, para a reunião das comunidades e para a discussão desses direitos enquanto ação participativa.

A valorização e o fomento da formação através dos nossos cursos presenciais em cada um dos Municípios brasileiros vinculados ao nosso Programa Esporte e Lazer na Cidade, Vida Saudável, voltado para a especificidade idosa. Há o Programa Segundo Tempo, há o Mais Educação, valorizando o professor de Educação Física e todos aqueles que atuam frente à temática do esporte e do lazer enquanto uma dimensão ainda maior que considera também outras especificidades e outros direitos.

Além disso, há formação à distância. Nós temos vários módulos e estão à disposição inclusive de gestores de esporte e lazer. Certamente os senhores já devem ter ouvido falar. Eles não precisam necessariamente estar vinculados aos nossos programas sociais. É um direito, há esse acesso junto à Universidade Federal de Minas Gerais, junto à Universidade do Rio Grande do Sul, da UFRGS neste caso e tantas outras parcerias, a partir inclusive de uma avaliação do esporte no Brasil atualmente, que também está à disposição no site do Ministério do Esporte que nos traz dados preocupantes que precisamos tratar.

Faço essa explanação breve para afirmar que o esporte espera muito de nós perto do que estamos fazendo, mas nós estamos nessa construção e queremos mais do que nunca estar aqui, Deputado, à disposição desses diálogos e dessa construção, que entendemos precisa ser coletiva entre todas as esferas e todos os



gestores, independente de ser privado ou público, já que todos podem contribuir nesse processo sem dúvida alguma.

Já falei sobre o Orçamento mínimo. É sem dúvida alguma muito pequeno perto de outros Ministérios da Esplanada. A relação com os Estados e com os Municípios ainda está sendo qualificada porque ainda não temos no Brasil. O Sistema Nacional vem retomar essa discussão da responsabilidade das esferas e, portanto, também dos seus orçamentos e investimentos que precisam ser independentes e ao mesmo tempo se relacionarem. O Ministério tem o papel de promover essa articulação.

O fomento, a criação de Secretarias Municipais de Esporte e Lazer, a criação de Conselhos Municipais atuantes de Esporte e Lazer que possam promover o monitoramento e a avaliação dessas políticas. Mais do que isso, pensando inclusive na municipalização de programas sociais que hoje são do Governo Federal e que um dia — não sei —, tendem a se extinguir, porque queremos que o esporte e o lazer, já que são direitos, não dependam de programas sociais e do Governo Federal para existirem. Que cada cidadão tenha acesso, no seu bairro, na sua cidade, a essas práticas, a equipamentos adequados e à formação a tempo e a hora.

Então, fica essa contribuição. Seguimos à disposição para colaborar nessa discussão no sentido de que temos clareza de que temos muito a fazer. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO FERREIRA MIRANDA - Eu queria fazer um fechamento do que foi dito, até porque passamos por um momento muito importante hoje, que é a discussão da política nacional do esporte. É fundamental que haja uma participação efetiva de toda a sociedade, principalmente da Comissão, das Secretarias Estaduais, Municipais, do COB. É fundamental que estejamos presentes porque muita coisa boa foi construída nesses últimos anos, muita coisa boa foi construída. Vivemos hoje um momento no qual superamos uma série de dificuldades que até há pouco tempo não imaginávamos íamos superar. Então, houve uma evolução significativa.



O Ministério tem feito a sua parte. O COB tem feito a sua parte. Falando especificamente sobre o nosso tema, os jogos escolares, de uma forma fantástica eu acho que devem ser espelho para as Secretarias Estaduais e Municipais. Respondendo à questão sobre recursos das Secretarias Estaduais, até sobre essa surpresa de o Mato Grosso do Sul conseguir hospedar os alunos em hotel, isso se deve a um desses avanços, a Lei Pelé. Nós temos recursos específicos na Secretaria do Estado para o desporto escolar.

Aí se trata de prioridade. Nós entendemos que você hospedar, tirar os garotos de alojamentos é estratégico para que consigamos motivar tanto os profissionais de Educação Física quanto os atletas. É uma questão de prioridade, repito. Volto a insistir, o professor de Educação Física na escola, que sem dúvida alguma nesse contexto é o grande protagonista, precisa ser valorizado. No modelo que tínhamos no Mato Grosso do Sul, o profissional de Educação Física que ganhasse a etapa inicial tinha como prêmio perder suas férias. Enquanto todos os professores ficavam de férias, ele ficava responsável por um grupo de adolescentes durante uma semana, dormindo mal, comendo mal.

Precisamos criar uma estratégia hoje. Eu acho que nós temos um modelo muito bem formado. Precisamos olhar agora a ponta. Precisamos criar uma estratégia de valorização do esporte na escola. Até comecei a minha fala sugerindo que fizéssemos uma audiência pública sobre o esporte na escola. Eu acho que isso tem que ser discutido. A infraestrutura, a valorização do profissional de Educação Física com capacitação, criando carga horária para treinamento. Nós não podemos confundir a Educação Física escolar com treinamento esportivo, com iniciação esportiva.

Queria finalizar fazendo uma sugestão que eu acho fundamental. Até conversava com o Edgar aqui sobre os jogos de seleção. Eu achei essa estratégia adotada pelo COB fantástica no sentido de trazer a escola campeã para todas as etapas. Isso é muito interessante porque ela valoriza o trabalho na escola. Nós temos vários exemplos no meu Estado de escolas que se estruturaram a partir desse novo modelo.

No entanto, é importante lembrar que existem talentos esportivos que se perdem no caminho. Um garoto que tem um grande potencial, que ficou em



segundo, terceiro lugar na etapa municipal, ele se limitou naquilo ali, ele não vai ter visibilidade e a oportunidade de participar de todo esse sistema. Não sei como seria isso, Edgar, até porque eu acho esse modelo da escola muito interessante, porque valoriza o trabalho na escola.

Precisamos criar estratégia também para que a Prefeitura se sinta responsável por essa representatividade da escola. A escola representa o Município. Eu vejo no Mato Grosso do Sul alguns Municípios, algumas Prefeituras que remetem a responsabilidade para a escola de viabilizar a sua ida. Eu acho que o caminho é esse. São audiências como essa. Eu queria agradecer a oportunidade e sugerir que novas audiências sejam feitas nesse sentido de discutirmos o esporte como um todo, não exclusivamente o esporte escolar, mas principalmente na base em que o esporte acontece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Muito obrigado.

Eu queria hoje aqui abrir espaço para, caso alguém do Plenário, mesmo não sendo Parlamentar, queira fazer alguma pergunta.

A SRA. CAROLINA DIAS - Gostaria de felicitar a todos. Foram excelentes apresentações.

Marcelo, gostaria de perguntar sobre o Fundo de Esporte, como ele funciona e em que você acha que ele realmente facilitou a gestão do esporte no Estado do Mato Grosso.

Você falou que busca ajuda, recursos, na Secretaria de Turismo e na Secretaria de Cultura, e não falou da Secretaria de Educação, e nós estamos falando sobre Esporte Escolar. Então vem a pergunta: qual a aproximação que você acha possível entre esporte e escola? Em que é possível chegar?

O senhor também falou sobre Educação Física ser muito diferente de iniciação esportiva nas escolas. Se der tempo...

Outra coisa. Sou da Assessoria Legislativa, e, na assessoria que nós damos aos Parlamentares e a outras instâncias da Casa quanto ao processo legislativo, nós procuramos sempre estudar a legislação e ver os casos de sobreposição que encontramos e no que podemos melhorar. E nós temos percebido que nos recursos das loterias para o espaço escolar, talvez tenha sobreposição entre duas entidades



privadas, o COB e a CBDE. Nós temos aí dois campeonatos diferentes: um campeonato no formato de olimpíadas e os campeonatos nacionais pela CBDE.

Então eu gostaria de perguntar ao Edgar. A CBDE costuma cobrar taxa para as escolas públicas participarem. Muitas escolas públicas não chegam ao nacional, porque não participam do estadual, por causa das taxas. Quero saber se, no formato olimpíadas do COB é cobrada alguma taxa para a participação das escolas públicas. Isso é importante.

Para o Edgar, vou fazer todas. Edgar, a Lei Pelé determina que 10% dos recursos que o COB recebe devem ser investidos em Esporte Escolar, mas ela não define o que é Esporte Escolar. E o decreto que regulamenta o Esporte Escolar fala que a despesa do Esporte Escolar é ampla, não restringe a competição escolar. É claro que o COB não vai ser responsável pela política total de Esporte Escolar no Brasil, mas eu penso que ele tem flexibilidade para decidir como gastar esse recurso do investimento.

O senhor falou da preocupação com a formação de professor, que eu acho perfeito, o professor, o treinador, é realmente o caminho para conseguirmos um Esporte Escolar de qualidade. Os senhores já pensaram, por exemplo, nesse processo de formação de pessoal, em como chegar essa captação para os professores das escolas públicas?

Uma vez ouvi um professor cubano, que foi da seleção Cubana de vôlei, ele estava como professor de Educação Física aqui em Brasília, mas não conseguia trabalhar na rede pública, como temporário, porque não era professor concursado. A esposa dele trabalhou com a equipe de ginástica artística e fez a maior diferença. Eles tinham muita experiência, mas não podiam ser aproveitados, porque questão burocrática.

E para o Antônio. Os alunos voltam arejados depois das competições, das Olimpíadas Escolares, e eu pergunto: quem são esses atletas estudantes que conseguem ser selecionados para chegarem à etapa nacional? São alunos formados dentro da escola ou são alunos formados nos clubes que pegam carona na escolar para participar da competição? Quero saber se, caso sejam da escola, na volta, qual o efeito que eles têm na cultura escolar, ou se não são da escola, se



carregam sua experiência para o centro de treinamento onde estão colocados. A Sarah Menezes, não sei se começou na escola, ela participou, mas...

Muito obrigada. É um grande prazer. Eu agradeço a oportunidade de poder fazer as perguntas.

O SR. EDGAR HUBNER - Posso começar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Muito obrigado.

Claro.

O SR. EDGAR HUBNER - Como é seu nome? Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Carolina.

O SR. EDGAR HUBNER - Carolina. Vou tentar responder. Se eu me lembrar de todas.

Primeiro, com relação ao orçamento. Não existe uma sobreposição em relação aos calendários. O que nós temos discutido com a CBDE diz respeito aos campeonatos nacionais que ela tem realizado nas modalidades que não estão contempladas nos Jogos Escolares da Juventude. Essa é a primeira informação que nós temos para te dar.

Com relação à cobrança, eu não tenho essa informação, porque ela aprova o seu orçamento, esse orçamento é passado à CBDE para a realização dos seus eventos, e ela tem os seus regulamentos normais. Ela presta contas ao Comitê Olímpico Brasileiro como qualquer outra confederação. Se as confederações de vôlei, basquete, também fizeram cobrança de participação, cabe a elas, na hora da prestação de contas, também estabelecer isso. O que eu posso te dizer com total convicção é que, no modelo do Comitê Olímpico Brasileiro, não existe cobrança nenhuma.

Nós aplicamos todo o recurso, e o evento hoje só acontece por conta de uma parceria com o Município e o Estado, onde o evento acontece, ou só com o Município ou só com o Estado, depende muito do alinhamento político. Em alguns Estados nós conseguimos que Governador e Prefeito estejam alinhados, em outros, isso já não acontece. Mas a sede dos jogos assume uma responsabilidade importante, financeira inclusive, com relação ao evento. Nós complementamos com a nossa parte, e os Estados, que fazem todas as suas seletivas, levam as crianças até o evento nacional. Mas chegando à etapa nacional, todas as despesas são



cobertas por nós. Não existe cobrança de nenhum tipo de recurso, de nenhuma escola na fase nacional.

Outra coisa que eu queria colocar, com relação a formação de professores, você falou de flexibilidade do recursos. Dentro dessa visão, nós realizamos agora, no mês de março, abril, em Guarapari, no Espírito Santo, o II Congresso Brasileiro de Esporte Escolar; trouxemos técnica de Ginástica Rítmica da Rússia, trouxemos técnico de Judô do Japão, trouxemos técnico de Badminton da Espanha, trouxemos técnico de Lutas de Cuba e o fisioterapeuta do Comitê Olímpico Brasileiro. E nós pegamos todos os professores que se destacaram nos Jogos Escolares do ano passado, das escolas públicas e particulares, independentes, e os levamos todos à Guarapari — com custo zero para eles. Nós pagamos passagem, hospedagem, pagamos os profissionais, pagamos todo o congresso. Fizemos em 2013, em Londrina, fizemos em 2015 em Guarapari, e estamos acertando com o Marcelo, para 2017, em Campo Grande.

Então é um projeto de capacitação de professores independente de classificação. Nós te falamos sobre Ginástica Rítmica, para o que trouxemos a segunda mulher da Rússia nessa modalidade.

Uma representante de cada Estado do Brasil, que disputou os Jogos Escolares no ano passado, foi ao Congresso, independente de ser medalhista, independente de ser escola pública ou ser escola privada. Pagamos 100% disso.

Há 3 anos, nós desenvolvemos um projeto com a Confederação Brasileira de Voleibol e, anualmente, nós escolhemos a seleção brasileira do Esporte Escolar de Voleibol, masculino e feminino, junto com 18 técnicos, os técnicos medalhistas da primeira, segunda e terceira divisão, e eles ficam uma semana em Guarapari treinando com os técnicos das Seleções Brasileiras; os atletas de 12 a 14 anos e os professores de todos esses atletas, todos pagos pelo comitê com esse recurso.

Então o recurso, hoje, não é destinado exclusivamente à realização da etapa nacional. Nós temos outras ações. Em 2013, levamos 98 crianças que ganharam os Jogos Escolares no País para representarem o Brasil o Festival Olímpico da Juventude da Austrália, um evento internacional. Mateus Santana, que vocês viram agora em Toronto, que se destacou em Najin, ano passado, foi nosso porta-bandeira na Austrália em 2013.



Então não existe só o recurso aplicado dentro da realização da etapa nacional, e ela hoje não aconteceria se nós não tivéssemos parceria com o Estado e com o Município. Então, com relação à formação profissional, nós temos o Instituto Olímpico Brasileiro hoje que é responsável por toda a capacitação de profissionais do País, onde nós conseguimos, inclusive, inserir professores de outras regiões do Brasil para fazer esse curso custeado pelo Comitê Olímpico Brasileiro.

Então nós temos a preocupação, como eu disse no início, de cuidar do profissional, porque se não o fizermos não teremos equipes representativas. Quando eu falava de recursos, existe muito “sim”, hoje uma clara responsabilidade da CBDE de nos representar internacionalmente, porque nós não fazemos representação internacional na área do desporto escolar. É a CBDE que se ocupa, junto com o Ministério, dos Jogos Sul-Americanos Escolares, e, a partir disso, ela tem que fazer as seletivas nacionais, e nós, exclusivamente as etapas nacionais dos jogos escolares.

O SR. MARCELO FERREIRA MIRANDA - Carolina, obrigado pelos questionamentos. Complementando essa questão de o COB cobrar, o COB é o primo rico na história aqui. E, na verdade, não há cobrança alguma em relação aos jogos. Tem, inclusive, um apoio para as etapas estaduais, que, no nosso caso lá, nós nunca dispensamos. São as medalhas.

O SR. EDGAR HUBNER - Desculpe-me, Carolina, desculpe-me interromper, Marcelo. Quando nós fechamos a parceria com a Coca-Cola há dois anos, nós começamos a estender os benefícios para as etapas estaduais. Nós estamos fornecendo a premiação nas etapas estaduais, diminuindo... Pode ser que não diminua, talvez, o custo para Mato Grosso do Sul, mas, para alguns Estados, diminui. Estamos custeando a ida de atletas olímpicos para as etapas estaduais, a permanência de todas as equipes, que era uma grande reivindicação, jogando até o último dia, fazendo com que eles não tenham que trocar passagem. Aproveito para saudar o Deputado Evandro Roman, que foi Secretário do meu Estado e que viveu essa dificuldade, de ficar trocando passagem na hora de sair do evento. Hoje eles ficam até o último dia jogando. Isso aumentou os custos de hospedagem, de alimentação, que nós estamos custeando, graças à parceria com a Coca-Cola.



O SR. MARCELO FERREIRA MIRANDA - Então, eles nos dão esse suporte, que para nós é interessante, e interfere no nosso custo, sim. Eu acho que eu passei a falsa impressão de que o Mato Grosso do Sul está com... Na verdade, nós estamos com uma dificuldade financeira muito grande. O pior orçamento da Fundesporte dos últimos 10 anos foi o deste ano, em função dessa crise nacional. E volto a insistir que nós só conseguirmos fazer essas transformações nos jogos, em função de estabelecer isso como uma prioridade, para conseguir reverter esse quadro caótico de participação, esse desinteresse que nós percebemos nas escolas do Mato Grosso do Sul.

Você foi perfeita nessa pergunta. Eu me esqueci, realmente, de falar da educação. Nós temos uma preocupação muito grande — foi uma orientação do Governador para todos os Secretários — de estabelecer políticas transversais, envolvendo todas as Secretarias. Daí que surgiu essa preocupação nossa de ter uma relação direta com as outras áreas.

Com a Secretaria de Cultura, nós temos uma relação muito direta, tanto nas ações deles como nas nossas, com *shows*, com vários tipos de apoio que eles estão dando para os nossos jogos. Nós fizemos agora uma etapa dos jogos escolares em Jardim, que é muito próximo a Bonito, Município de que todos já devem ter ouvido falar, e nós conseguimos, com a Secretaria de Turismo do Estado, disponibilizar passeio de mergulho para todas as crianças, durante 2 dias, no período dos jogos.

E a grande questão que você apresenta é a educação. Estamos tendo uma mudança lá no Estado, em função dessa transversalidade, que é o objetivo do Governador. Dentro da Secretaria de Educação, havia um Departamento de Esporte e Cultura, com ações completamente dissociadas da nossa Fundação. Então, se formos pensar em política transversal, isso não tem sentido.

E, aí, uma das questões que nós identificamos foi que havia vários professores de Educação Física que tinham horário de treinamento, mas a escola não participava dos jogos escolares. Como é que pode? Se o professor de Educação Física tem o horário de treinamento, que é diferente da Educação Física escolar, e não apresenta jogos, como ele justifica essas horas de treinamento? Ele justificava com eventos desse Departamento de Cultura e Esporte, dentro da Secretaria de Educação, que é completamente dissociado desse sistema que nós



estamos apresentando, da etapa municipal, da estadual e dos jogos nacionais, organizados pelo COB. Então, nós estamos fazendo alterações no Estado, no sentido de unificar as ações dessa comissão e da Fundação.

Finalizando, eu acho que é fundamental esse ponto que você mencionou, de que a Educação Física escolar é diferente da formação de equipes. Eu acho que nós não podemos olhar para a Educação Física escolar com o diferente da formação de equipes. Eu acho que nós não podemos olhar para a Educação Física escolar com o objetivo de formar equipes. Nós temos que estimular, cobrar das prefeituras que isso seja feito em um horário fora do horário da Educação Física escolar, até para que a Educação Física escolar não seja excludente, porque, quer queira, quer não, quando pensamos em formação de equipes, apesar de todo o cuidado que nós temos — inclusive, o modelo dos jogos pede uma participação maior —, precisamos ver que existem crianças que não têm aptidão para o esporte, que precisam da Educação Física escolar para criar uma cultura de qualidade de vida ativa.

Então, eu acho fundamental que nós discutamos políticas dentro do município que estimulem a formação de equipes, o treinamento dentro da escola, mas que isso não se confunda com a Educação Física escolar formal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Muito obrigado, Sr. Marcelo.

Com a palavra o Sr. Antônio Carlos Pereira.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA - Carolina, o pessoal volta arejado, e muito, aqueles que chegam ao tope, com a organização do COB. Na verdade, esses atletas, que são uma minoria, que se destacam lá em cima, começaram na escola e tiveram um aprimoramento em clubes que detêm essa especialidade. E eles são contratados com ajuda de custo, há melhoria, né? Eles voltam, depois de ter tido a glória. Mesmo sem serem medalhadas, essas pessoas são vistas. Eu imagino quantos olheiros não devem ir para esses Jogos Escolares da Juventude, que o COB financia... Podem ter certeza de que tem gente de todos os clubes do Brasil olhando. E aqueles que se destacaram, eles vão buscar, vão lhes oferecer algo mais, e a tendência natural é que eles vão para lá.

E, só complementando, Edgar, quando você fala sobre o curso que você oferece, de GRD, de vôlei, acho que deveria haver uma possibilidade de que essas



peças que realizaram o curso tivessem a responsabilidade de repassar isso, porque as pessoas que frequentam esses cursos de renome, com especialistas, vão, ficam, aprendem, mas não repassam para ninguém. Ou seja, lá na ponta, ainda fica a dificuldade. Só estou mencionando isso porque é uma realidade. Eu vejo que essas coisas têm que ser mais difundidas lá na ponta. Imaginem se essa pessoa de GRD que vocês levaram para aprender vai à minha região para repassar essas informações... Bomba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Obrigado. Eu passo a palavra para o Deputado Evandro Roman.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Obrigado, Deputado Fernando Monteiro, autor do requerimento. Quero só cumprimentar, realmente, os meus amigos aqui, ter a oportunidade de cumprimentar o Edgar Hubner, nosso grande parceiro, uma grande representação hoje dentro do Comitê Olímpico Brasileiro, uma personalidade muito conhecida dentro do handebol brasileiro, de quem tenho a oportunidade de ser amigo há muitos anos.

E quero ressaltar a qualidade com que são feitas as coisas quando o Comitê Olímpico Brasileiro coloca a mão, como realmente elas ocorrem. E você, sempre militando, forte, presente, no esporte, com uma ação atuante, é uma pessoa que tem o esporte como um sacerdócio e leva isso na alma, muito rígido, muito firme. Eu costumo dizer que as coisas, nas suas mãos, funcionam, acontecem. Então, foi por isso que você, realmente, deixou-nos, no Estado do Paraná, e hoje já está há um bom tempo no Comitê Olímpico Brasileiro.

Enfim, quero saudar a todos também, ao Marcelo. Eu gostei muito da sua exposição, eu só pude assistir ao final, porque eu estava presidindo uma Comissão Especial da Comissão de Agricultura, e isso acabou dificultando a minha participação. Eu tenho uma militância muito grande no esporte, mas também tenho hoje outra bandeira, que é a agricultura. Gostei da sua fala em relação à diferença muito grande entre o que é Educação Física escolar e o que é o esporte escolar. As vocações estão aí, mas a massificação — pelo pouco que eu pude acompanhar — vai trazendo as pessoas que têm aptidão. Não adianta, o esporte é inclusivo, mas, ao mesmo tempo, o topo dele é para poucos. É uma pirâmide em que o pouco é para poucos, e esse pouco acaba muitas vezes... Agora, nessa massificação desse



entendimento vai fazer com que, com o tempo, essa pessoa sinta o prazer, mesmo depois de adulto, porque se criou o hábito enquanto criança, na fase escolar, de sentir aquela liberação da endorfina no organismo, ao calçar um tênis, colocar uma bermuda e uma camiseta, e fazer a sua caminhada num parque, trabalhar com a qualidade de vida, não desenvolver sobrepeso ou obesidade, não ficar no sedentarismo e ter bons hábitos alimentares.

Então isso tudo é na infância, é no período escolar, é onde está a nossa maior clientela de 20 anos, vamos colocar pensando numa questão esportiva. Tudo isso ocorre, como falamos de outra vez, quando o Sr. Antônio Pereira e nós tivemos a oportunidade de estar juntos... É muito bom, é muito fantástico, pelo Comitê Olímpico Brasileiro, pelo Governo Federal, pelos Estados, nós realizarmos pelo Ministério do Esporte. Eu diria que nós somos a coluna vertebral de uma organização, mas onde as coisas acontecem é nos Municípios. É lá que as coisas acontecem, é ali que as coisas se transformam.

Então, nós trabalhamos, organizamos, discutimos, falamos... "O.k." "*Muito obrigado.*" "*Parabéns!*" Mas cai lá no Município. Numa questão de organização, seja das Olimpíadas 2016: Município do Rio de Janeiro, quer dizer, uma das maiores competições cai lá. Então essa forma de nós transformarmos e vermos o Município como tendo realmente essa função, Sr. Secretário de Esporte do Município de Botucatu, isso nos dá, sem dúvida, a clareza de alguém que tem o domínio dessa situação.

E o Ministério, conforme eu falei, nós somos sempre os órgãos federais e estaduais que dão as condições para que as coisas aconteçam na ponta.

Então, manifesto daqui, mesmo não tendo acompanhado, gostaria muito, mudei, nós tínhamos essa Comissão que era às quartas-feiras, mudei para as terças-feiras para ter espaço nas quartas, e aí hoje, na terça-feira, coincidiu de termos essa ação.

Muito obrigado, Deputado Fernando Monteiro, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Muito obrigado pelas palavras. A experiência de V.Exa. é muito importante. Eu também milito no esporte acredito que o esporte é uma saída, não só para o alto rendimento, no fim da pirâmide, mas para poder sair da droga, ter disciplina, ter obrigação, saber o que é



disciplina. Quando se veste um meião, uma chuteira, um tênis, se faz com um objetivo.

E eu digo sempre, estávamos dizendo isso antes da reunião, que é um compromisso. Se um aluno de uma escola falta ao jogo de basquete, ele não joga, no outro dia, no colégio, ele é repreendido e nunca mais ele falta. Eu acho que o esporte é exatamente isso: dar disciplina para o futuro.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - E, principalmente, fortalecendo a sua fala, num período da vida, na adolescência, nesse período escolar, em que o jovem adora fazer parte de um bando, como a psicologia explica, de um grupo. Que bando saudável é esse do esporte!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Para finalizar, tenho duas perguntas, uma feita pelo Sr. Miguel Vicente de Castro, Subsecretário da Representação do Mato Grosso do Sul, e a outra do Sr. José Ivan Aquino, do Ministério do Esporte, com essas duas perguntas finalizamos.

O SR. MIGUEL VICENTE DE CASTRO - Boa tarde. Muito obrigado, Deputado, pela oportunidade. Eu sou profissional de educação física e trabalhava na FUNDESORTE — Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul, no Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, e hoje trabalho num escritório aqui em Brasília, na Representação.

Primeiro, quero parabenizar pela explanação de todos. Não poderia deixar de fazer duas perguntas. A primeira é para o Ministério do Esporte, quando a Ana Elenara citou os números do Programa Atleta na Escola: Eu gostaria de saber se o Ministério já tem compilado os números realmente dos atletas que participaram e que conseguiram chegar até aos Jogos Brasileiros, porque Do pouco que eu li sobre o Atleta na Escola, a ideia é que fizessem as Etapas Municipal, Estadual-Regional e a Nacional. Eu digo isso porque no nosso Estado, até o ano de 2014, isso não funcionou. Nenhum atleta que participou do Atleta na Escola participou do Brasileiro, pela dissociação que houve entre as Secretarias e a Fundação.

O projeto aconteceu, não sei como aconteceu diretamente com as escolas, mas não teve influência e os atletas não tiveram essa oportunidade de ir aos Brasileiros. Então, se realmente funcionou nesse sentido dos números que você disse de participação. Eu sei que no Estado houve bastante adesão, mas asseguro



que até 2014 — porque eu que tomava conta dessas equipes que iam aos Jogos Brasileiros — nenhum atleta foi aos Brasileiros por conta do Atleta na Escola, o que é uma pena porque precisa ser trabalhado em conjunto.

E também é um absurdo, como falou o Prof. Marcelo, a Secretária de Educação estar dissociada da FUNDESPORTE — Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul, a gente sabe que isso é uma briga longa.

Eu queria aqui fazer de novo coro ao que falou o Prof. Marcelo em relação à participação dos atletas nos jogos nacionais da seguinte forma: eu participei 3 anos dos Jogos Brasileiros, e realmente não tenho o que dizer, é de uma seriedade e de um profissionalismo. Está de parabéns o Comitê Olímpico Brasileiro.

O que acredito seja bom de repensar é a forma da participação nos Brasileiros, porque hoje, da mesma forma que se dá oportunidade aos atletas que foram campeões, e a muitos do interior de participar do Nacional, e, como disse o Antônio Pereira, lá vão os melhores, muita gente vai olhar e são dadas outras oportunidades a esses atletas. Nós também, nesse mesmo sistema, deixamos de dar oportunidade aos atletas bons do Estado. Como? Nas modalidades individuais, não houve mudança nenhuma de modelo: são os campeões porque são os melhores. Mas nas coletivas houve uma mudança muito grande.

O que eu quero dizer com isso? Nós não levamos aos Brasileiros os nossos melhores atletas, nós levamos a equipe vencedora, o que é muito bom para a socialização e a participação de todos, mas nesse mesmo momento deixamos de dar oportunidade aos melhores atletas das modalidades coletivas — do vôlei, do basquete — que não estavam na equipe vencedora, por “n” motivos.

Quem milita no esporte sabe que a melhor equipe de basquete ou de vôlei não tem todos os melhores jogadores. Aí teria que ser feito o modelo antigo, que seriam as seleções. Na minha opinião, eu sei isso é difícil, deveríamos ter as duas formas. E eu participei desde a primeira, em Poços de Caldas, como treinador de basquete com a minha equipe. Então, gostaria de fazer essa colocação de que não se dá oportunidade nas modalidades coletivas aos bons atletas.

E no ciclo olímpico que estamos vivenciando eu acredito que seria melhor que nós tivéssemos levado aos Brasileiros os melhores atletas do Estado, e não a equipe campeã, porque aí é onde o Comitê Olímpico seleciona os atletas para



participações internacionais, seleciona os atletas dos Jogos Brasileiros para participarem dos Pan-Americanos, dos Sul-Americanos, ou como é essa forma de seleção, se sou eu que estou equivocado. Se for a equipe vencedora...

São essas as duas colocações, para o Edgar e para Ana Elenara.

O SR. EDGAR HUBNER - Carolina, eu fiquei devendo uma resposta para você e vou aproveitar e fazer a pergunta ao Miguel. É muito claro para gente na Etapa Nacional que nos esportes coletivos a escola leva os alunos e nos esportes individuais o aluno leva a escola.

Por que essa observação? Porque eu sou atleta de natação, estou praticando a modalidade no Clube X, Y ou Z, ou na escola de natação, mas ao mesmo tempo eu sou aluno. Então na hora de me inscrever no campeonato nacional, nos Jogos Escolares, eu pego a minha ficha e vou lá e peço ao diretor da minha escola que me autorize a ir para o evento.

Então, nas modalidades individuais, muitas vezes, é o aluno que leva a escola. No coletivo, a escola normalmente tem o seu treinamento, a sua preparação, e a escola leva o aluno. Então essa diferenciação de quem leva quem é em relação às modalidades individuais e coletivas. E o Miguel tem uma colocação que já vem sendo levantada há muitos anos — eu estou há 11 anos na função: Por que não existe o campeonato de seleções? Por que a gente não faz uma categoria? — o Marcelo também reivindica isso. Porque a partir do momento em que nós trabalhamos por escola, nós vimos, de maneira muito clara, que nós passamos a valorizar o profissional daquela escola, os investimentos naquela escola foram maiores, as Prefeituras passaram a investir naquelas escolas, as escolas começaram a investir na infraestrutura, na capacitação e assim por diante.

O que está sendo discutido aqui é para que o Comitê Olímpico Brasileiro mude uma sistemática, para suprir uma deficiência de trabalho que não é do Comitê Olímpico Brasileiro, que, muitas vezes, são os campeonatos das próprias confederações, que, por “n” motivos, como o financeiro, etc., não conseguem realizar suas competições e acabamos ficando com o ônus. O Brasil é o único País no mundo onde o Comitê Olímpico Brasileiro realiza jogos escolares. Em todos os demais países onde tivemos oportunidade de estar conversando, o Ministério da Educação, em parceria com alguma entidade pública, que faz os jogos. O nosso



modelo, com o Ministério do Esporte, o Comitê Olímpico e as Organizações Globo, não existe, no mundo, nenhum País que faça.

Então, nós já estamos fazendo um papel que talvez poderia ter sido feito de outra maneira. O que existe é uma lei que nos dá um recurso para aplicação no esporte escolar, e nós estamos fazendo isso, e todos viram aqui, com excelência. Agora, o Campeonato Brasileiro de Seleções pode ser injusto, à medida que os melhores do Estado não vão, porque pode ser que o melhor, por exemplo, do Estado de São Paulo esteja na equipe em segundo lugar, terceiro lugar, quarto lugar, e ele não vai. Mas ele tem que buscar outros mecanismos para que esse garoto chegue. Aí, se mudamos a sistemática, Miguel, vamos enfraquecer um elo importante agora, que é valorização do profissional.

Eu já vivi um momento em que o professor da escola era campeão. Ele não é o técnico da seleção do Estado, ele é escolhido de outra maneira, e o atleta que não disputou a etapa estadual é levado na seleção do Estado. Então, ele desmotiva o profissional, desmotiva a criança que disputa a seletiva, e ele diminui os investimentos que as escolas fazem para melhorar suas equipes.

O Pereira colocou um ponto importante. Eu não sou contra que as melhores escolas deem melhores oportunidades aos alunos das escolas mais fracas. A partir do momento que tenho condições de melhorar o ensino, de melhorar a qualidade de vida dessa criança, por que não oportunizar?

Alguém me perguntou um dia se o Comitê Olímpico Brasileiro não poderia impedir os garotos do Norte, do Nordeste, como a Yane, a Sarah, etc., virem para os grandes centros e abandonarem suas origens. Eu falei que no momento em que conseguirmos impedir que os jogadores de futebol vão para a Europa, também poderemos ter um modelo que poderemos tentar aplicar, mas é uma questão econômica, uma questão social. Será que vale a pena impedir que as pessoas se desenvolvam para que elas permaneçam na sua raiz?

Falou-se da Sarah. A Sarah iniciou o trabalho na escola dela, no Piauí. Ela permanece no Piauí, sempre treinou no Piauí, com o mesmo técnico, e foi campeã olímpica. Então, não necessariamente os grandes centros que levam os grandes medalhistas. A Yane permanece treinando em Pernambuco. Então, são as condições que se mantêm.



Então, nesse aspecto, Miguel, minha colocação é a seguinte: o modelo de hoje é um modelo que é democrático. Não estamos buscando aqui levar os melhores para os campeonatos brasileiros, estamos buscando dar oportunidade às melhores escolas, com os melhores professores, que vêm desde a sua origem lá na base, no Município, e chegam na etapa nacional e vão para eventos internacionais.

E a última pergunta. Quem monta seleções para irem aos torneios sul-americanos, pan-americanos e olímpicos são as confederações brasileiras. Nós apenas informamos o número de vagas disponíveis, eles, através do processo, montam suas seleções representativas, e nós organizamos e levamos.

O SR. MARCELO FERREIRA MIRANDA - Na verdade, Edgar, eu acho que esse modelo é muito interessante. Eu só acho que precisávamos criar uma estratégia, não sei se via Ministério, CBDE, para termos também jogos de seleção que incluíssem jovens pelo menos de 15 a 17 anos, para que oportunizássemos ao talento esportivo, que ficou na etapa municipal, ter também o destaque e essa vivência.

A SRA. ANA ELENARA DA SILVA PINTO - Aliás, necessita de orçamento e é preciso discutir sobre isso, mas a proposta é maravilhosa, sem dúvida alguma.

Respondendo a sua pergunta, que trata do atleta na escola, inicialmente, é preciso dizer que é um programa muito novo, mas que tem, no seu escopo, princípios e diretrizes muito claros. Um deles, sem dúvida alguma, como já foi falado aqui, é o fomento à prática esportiva com vistas ao resultado, ao alcance e à descoberta de novos talentos e ao alcance de resultados efetivos para crianças e jovens em idade escolar.

Eu não tenho, neste momento, como precisar, em dados quantitativos, o que foi alcançado nessa relação entre participação e efetivo destaque, na relação com o próprio programa, mas eu posso me comprometer a encaminhar esses dados, buscando, junto à Secretaria Finalística, responsável pelo programa, essas informações. Eu sugiro também que se busque, e vou buscar daqui a pouquinho, no próprio *site*, porque essas informações são colocadas semestralmente, estão ao alcance de nossos programas sociais, assim como nas plataformas, que estão disponíveis no Governo Federal, sobre os dados, em termos de que orçamento foi investido e que resultados foram alcançados. Sem dúvida alguma, essa deve ser



uma das metas do programa, essa relação entre investimento e alcance da iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. José Ivan Aquino, para suas perguntas.

O SR. JOSÉ IVAN AQUINO - Obrigado pela oportunidade de participar. Parabéns à Comissão de Esporte pela organização deste bom momento. Além de ser professor de Educação Física aposentado, eu trabalhei 35 anos na beira de quadra e estou na militância desde o tempo em que o Edgar estava na quadra jogando. Inclusive fui técnico da Seleção Universitária de Brasília, jogamos contra a equipe do Paraná, numa bela competição, naquele tempo em que íamos para as competições de ônibus e ficávamos nos alojamentos, inclusive no Paraná, com água gelada, às 3 horas da manhã, porque chegamos no inverno paranaense.

Essa militância também me colocou, nos últimos 4 anos, como gestor governamental, em uma carreira do Ministério do Planejamento, trabalhando no Ministério da Educação, acompanhando a tramitação do Plano Nacional de Educação. E o Plano Nacional de Educação é muito bem constituído com suas 20 metas, das quais as metas 2, 3, 6 e 7 reportam a elementos da construção, da participação entre os entes, do Município à União, na constituição de coisas muito importantes para tudo que estamos tratando aqui.

A meta 2 e a meta 3 lidam com os direitos e objetos de aprendizagem. Esses direitos e objetivos de aprendizagem são elementos fortíssimos para pegarmos as expertises de todas as áreas e constituirmos juntos os direitos e objetivos de aprendizagem da Educação Física e do esporte, que é um elemento que vai dar base para sabermos o que podemos levar para nossas escolas, em termos de Educação Física, e para fazer diferente do tempo em que eu estava lá na quadra, porque eu era o dono da minha sala de aula. Eu podia fazer como os 99% dos colegas: deixar uma bola quicando e ficar debaixo da quadra naquele tempo, lendo gibi, ou agora no WhatsApp, ou fazer o que eu fazia, que era promover uma iniciação esportiva, que tirou gente da minha quadra, que tirou gente da favela, que tirou gente das drogas e colocou na Seleção Brasileira de Handebol.

O que podemos fazer neste momento muito rico? Com a capacidade instalada no COB, com o vôlei; nas confederações, com a Confederação Brasileira



de Handebol, que fez um trabalho belíssimo, podemos constituir juntos os direitos e objetivos de aprendizagem da Educação Física e do letramento motor de nossa sociedade. Se formos capazes de fazer isso e o inserirmos na dialética do Sistema Nacional de Esporte, que está em curso, e na dialética que precisamos ter aqui, desses elementos balizarem o que um professor pode ministrar de fundamentos com esse letramento motor, desde a pré-escola até a pós-graduação, eu diria, vamos ter a possibilidade de constituir coisas que vão significar o avanço de longo prazo.

Por que trago o PNE? Porque o PNE, primeiro, não foi constituído aleatoriamente. Nós gastamos 4 anos, e 3 anos e meio deles discutindo o PNE dentro dessas salas, onde participamos de mais de 50 audiências públicas, constituindo essa bela página que culmina agora, depois de 4 anos, com o lema de Governo chamado Pátria Educadora. Então, há recurso, determinação, ter um Ministro da Educação sensível. Então, sejamos capazes de nos unir e de esquecer as barreiras. Pensar que o País está em crise... O País não está em crise. O País tem alguns empresários, sim, deixando de pagar os impostos que deveriam. Isso é verdade, mas nós temos capacidade instalada, conhecimento e uma possibilidade de constituir para as Metas 2 e 3 esses direitos e objetivos de aprendizagem da educação física, do letramento motor e do esporte.

Uma outra coisa é que na Meta 6 nós temos a expansão da oferta da carga horária com atividades alternativas dentro das escolas, que abre um novo campo no Mais Educação, no Macrocampo Esporte e Lazer, no Atleta na Escola, um fenômeno fabuloso. Nós temos que aumentar a carga horária, e muito, para boa parte desses alunos.

O outro tema é a Meta 7, que, por sua vez, remete à questão da avaliação, e a avaliação retoma o princípio dos direitos e objetivos de aprendizagem. Então, nós vamos ter que ser capazes de avaliar se está havendo progresso ou não.

E a Meta 20, a meta do financiamento, que eu não citei antes, mas cito agora, coloca que o CAQ e o CAQi — elementos chamados Custo Aluno Qualidade e Custo Aluno Qualidade Inicial — têm que ser implantados, discutidos e apresentados até o final de junho do ano que vem. É uma obrigação dentro dessa proposta do PNE.



Dentro desse custo nós temos que ser capazes de dizer quanto é necessário para cobrir as quadras, e o Governo Federal está cobrindo 10 mil quadras. Ninguém vai dizer que o Governo Federal não está fazendo. Ele está fazendo, e muito: está cobrindo 10 mil quadras, está fazendo as praças de esporte, as praças das comunidades.

Então, se nós tivermos na discussão de CAQ e CAQi as componentes de formação de professores, de quadro, de instalação esportiva, de material esportivo, nós temos como trazer uma outra discussão que foi falada aí na Mesa e que é muito importante.

As coisas acontecem nos Municípios, mas elas acontecem mais dentro das escolas que estão dentro dos Municípios. E o CAQ e o CAQi dizem que nós vamos ter que repassar para os Municípios, para as escolas municipais, esse dinheiro para complementar as questões do financiamento, que implicam, no final, 10%.

Então, o meu chamado é mais um lembrete a todos. Sejam capazes de juntar as *expertises* do COB, dos Estados, dos Municípios, do Ministério do Esporte e do Ministério da Educação, para constituirmos essa grande discussão sistêmica sobre os direitos e objetivos de aprendizagem como elemento. E cabe tudo nesse grande concerto que podemos fazer juntos.

E, por último, sobre a questão das seleções estaduais ou escolares, nós éramos muito felizes com as seleções estaduais, tanto quando levávamos equipes para o JEBs, como para o JUBs. Eu acho que o grande elemento que vai nos unir é o fato de o Ministério do Esporte estar construindo 267 centros de iniciação ao esporte em Municípios brasileiros.

Nesses lugares nós podemos ter a dinâmica organizada não pelo COP, mas pelo sistema do Ministério da Educação, como é feito nos países todos do mundo, para colocarmos as seleções estaduais vindas de escolas públicas para esses espaços na discussão dos planos de gestão e monitoramento dos centros de iniciação ao esporte. São 267 descentralizados, capilarizados e que precisam de uma dinâmica de gestão pública coletiva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Muito obrigado, Sr. José Ivan Aquino.



Eu aqui só reforço que não é somente colocar a quadra, não é somente colocar a praça, colocar o centro de treinamento. Hoje nós discutimos aqui no Congresso o pacto federativo, que é repartir os recursos também.

O que acontece hoje? Em 1988 deram muita atribuição ao Município e ao Estado e seguraram o recurso. Então, eu andei pelo interior do meu Estado, Pernambuco, e o que acontece lá? Há muito equipamento, mas a Prefeitura, Edgar, não tem nem o dinheiro para o professor, nem o dinheiro para a alimentação. O Governo do Estado, muitas vezes, não tem o dinheiro da energia.

Então, aqui na Câmara, nós estávamos exatamente discutindo isso: quando colocar um equipamento, de repente, colocar o recurso ou fazer isso do tamanho do Município. Não adianta você ter uma creche para 400 alunos em um Município, e o Município colocar apenas 80 alunos porque ele só tem recurso para monitor, professor e alimentação de 80 alunos.

Eu, como autor do requerimento, gostaria de fazer a última pergunta. Eu gostaria de perguntar aqui ao Ministério, a Srta. Ana, se o Ministério contribui de alguma forma com os jogos escolares, municipais, estaduais e nacionais. O Ministério, de alguma forma, apoia isso? E como ele apoia?

A SRA. ANA ELENARA DA SILVA PINTO - Então, conforme a apresentação e a fala depois, na sequência, em relação à pergunta que foi feita, o investimento já acontece, através dessa parceria que nós temos com o COB.

Então, é feito um investimento indireto e, de certa forma, direto, porque discute também todo esse funcionamento, auxilia em todo o processo — mas, claro, está sob responsabilidade do COB — e atua diretamente com os Governos municipais e com os Governos estaduais, fomentando a participação das escolas, enquanto elas estão vinculadas aos nossos programas sociais.

E, aí, a relação maior é através do Programa Mais Educação e, portanto, também do Programa Segundo Tempo, no que diz respeito aos jogos escolares, e, recentemente, com o Programa Esporte na Escola, que é um programa que vem justamente para dar resposta a essa demanda, mais diretamente, no sentido de não só buscar promover o esporte, especialmente, não tanto o lazer, mas o esporte na perspectiva da prática esportiva, com perspectiva de resultado e participação nas



esferas municipal, estadual e nacional, inclusive internacional, dos nossos jovens escolares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Muito obrigado.

Nós já finalizamos o debate, as perguntas, as exposições, e quero passar a aqui para cada um dos expositores que queira dar a palavra para as suas considerações finais, para encerrarmos esta audiência pública.

O SR. MARCELO FERREIRA MIRANDA - Deputado Fernando Monteiro, mais uma vez parabéns pela iniciativa. Eu acho que estamos vivendo um momento muito importante de discussão do Plano Nacional do Esporte e me coloco à disposição para atendê-los no que for necessário na Comissão, porque entendo que momentos como este vão fazer com que construamos um sistema que realmente atenda à expectativa da nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Obrigado.

O SR. EDGAR HUBNER - Deputado, da mesma maneira eu gostaria de fazer um agradecimento e, complementando o que o Marcelo coloca, nós conseguimos identificar claramente os participantes e os *stakeholders* de todo o processo.

Eu acho que esse alinhamento do sistema nacional vai permitir definir de maneira mais clara direitos e responsabilidades de cada um desses entes. Eu acredito também que o comitê tem participado da discussão desse novo sistema, junto ao Ministério.

Nós fazemos parte de um pedacinho que eu considero — e eu vou trazer para o meu lado — fundamental na estratégia. A Ana colocou agora por último que nessa parceria nós também entendemos como fundamental a ação do Ministério na base, na iniciação da escola, que é onde nós não chegamos. Nós fazemos apenas a fase nacional.

Então, todo esses projetos do Mais Educação e do Atleta na Escola são fundamentais, porque nós já temos capacidade máxima na etapa nacional. O que nós queremos não é aumentar exatamente o número de atletas no País, mas é colocar o maior número de crianças em contato com atividade física naquela fase inicial de formação.

Então, nós também estamos à disposição, Deputado, para o que for necessário, e, quantas vezes forem necessárias, estaremos aqui. Obrigado.



A SRA. ANA ELENARA DA SILVA PINTO - Deputado, eu quero também agradecer a oportunidade, em nome do Ministério do Esporte e aqui representando tanto o Ministro quanto o Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, que é o nosso Secretário Evandro Garla, que não pôde estar presente.

Eu quero dizer da alegria da discussão da temática. Esse é um tema extremamente importante, extremamente relevante, e nós encontramos no comitê brasileiro uma grande parceria, como foi destacado aqui. Nós atribuímos não só a eles essa responsabilidade, mas desejamos também dividir essa responsabilidade, que nos cabe.

Como também foi falado aqui pelos colegas da Mesa, entendemos que a responsabilidade do Ministério do Esporte é muito maior, que é de pensar o esporte enquanto direito, o que não é uma tarefa fácil, no sentido de fazer isso acontecer na prática, e, aí, obedece a uma necessidade de definições, diversas definições.

Eu não tenho dúvida de que a retomada de discussões da Política Nacional do Esporte e a participação de diferentes entes nesse processo vão fazer com que os resultados sejam muito favoráveis e muito positivos, no alinhamento dessa estrutura do esporte no Brasil e, conseqüentemente, também, na definição do futuro orçamentário do esporte no Brasil. É o orçamento que define o investimento, e, portanto, é o investimento que garante a prática, o acesso ao esporte e ao lazer, sob todas as perspectivas e dimensões no Brasil. Então, nós precisamos batalhar e lutar por essa discussão, pela ampliação do orçamento, em todas as dimensões.

Eu, como gestora municipal que já fui, Secretária Municipal de Esporte, gestora do programa que hoje nacionalmente coordeno, que é o Programa Esporte e Lazer da Cidade, na esfera do direito ao esporte e ao lazer, mas numa Secretaria que pensa a política social e que tem outros programas tão importantes quanto esse e que vê no esporte educacional uma importante frente, que precisa ser cada vez mais tratada com carinho e, portanto, com investimento e com parcerias, quero me colocar mais uma vez à disposição, parabenizando-os por essa iniciativa, para, inclusive, poder trazer aqui, junto com os nossos colegas, e quem sabe até com o próprio Secretário, a discussão sobre as outras temáticas que nós já



desenvolvemos, colocando em cheque também, né, perguntando o que é, como funciona, esclarecendo, tirando dúvidas.

Penso, Deputado, que o que falta é visibilidade para as ações que o Governo já faz. Nessa relação que o senhor apontava, existe o espaço, o território e o investimento. Mas como todas essas ações estão articuladas? E é preciso que haja a informação, para haver, quem sabe, a compreensão do sistema. E, se não houver esse espaço, realmente, fica difícil de as pessoas terem conhecimento do que está sendo feito e, inclusive, de poderem criticar e sugerir as qualificações que nós estamos abertos a fazer. Nós precisamos desse espaço, nós desejamos esse espaço, tanto que conversávamos com a equipe há um tempo, e aqui estamos com a representação da nossa (*ininteligível*), e também com a equipe da própria Câmara dedicada a esta temática, que é a do esporte, que também já procuramos e nos colocamos à disposição para discutir, inclusive, os projetos de lei dos nossos programas, que instituem aqueles que consideramos importantes, que têm que ter continuidade para além de ação de Governo, ou seja: esse Governo fica ou não fica, mas essas ações têm que continuar. É nisso que nós acreditamos e, portanto, mais uma vez, nós nos colocamos à disposição. Obrigada.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA - Como norma, Sr. Deputado, queria agradecer a oportunidade de estar aqui e dizer para o meu colega de profissão, o Zé, que o Governo Federal tem feito muita coisa. Se não faz para muitos, faz para alguns. E o grande problema hoje, Deputado, o senhor deixou claro: o problema é de custeio. A nossa cidade foi agraciada com inúmeras obras de infraestrutura, que é óbvio que quem não tem orçamento pega. Na hora em que a obra estiver pronta, é outro problema que nós vamos ter que saber como resolver. Por isso, uma das sugestões era com relação ao custeio dessas obras de infraestrutura.

Só para se ter uma ideia, Professor, Deputado, hoje, quando vemos na Rede Globo aqueles galpões com ambulâncias do SAMU que estão paradas, a população diz: "*Mas que prefeito safado, não vai buscar uma ambulância do SAMU. O que é isso?*" Só que pouca gente sabe que aquela ambulância que está sendo doada para a prefeitura custa aproximadamente 220 mil reais. Esse é o custo do Ministério. Sabem quanto custa pôr uma ambulância 24 horas em um município? É uma ambulância por mês. Não estou falando que isso...



É essa a discussão que temos que ter, porque as prefeituras não têm o dinheiro do custeio. Então, essas coisas são importantes? São muito importantes. Só que, já que isso está sendo discutido, nós temos que começar a ver qual é a realidade da ponta e tentar criar mecanismos — de repente, metade do custeio pelo Governo Federal ou pelo Governo do Estado, e a Prefeitura também... Quem é gestor trabalha com prioridade. Se acharmos que a prioridade é para o custeio e que temos que tirar a competição, vamos tirar a competição e vamos dar prioridade ao custeio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Monteiro) - Antes de finalizar a reunião, eu quero, primeiro, agradecer a todos, a cada um que veio aqui, que saiu do seu local de trabalho e veio à Câmara nos mostrar como estão caminhando as coisas. Essa discussão é apenas o começo. Muitas vezes, em uma caminhada, o primeiro degrau é esse, nós entendermos um pouco, nós que militamos nessa área do esporte, entendermos um pouco qual é a dificuldade do Município, qual é a dificuldade do Estado, qual é a dificuldade do Ministério, qual é a dificuldade do Comitê Olímpico.

Estou na Comissão há 6 meses, e eu acho engraçado que as pessoas confundam Comitê Olímpico com Federação. Então, se a Seleção de Vôlei vai mal, a culpa é do Comitê Olímpico. Eu acho engraçado, e nós precisávamos deixar isso claro. Precisamos esclarecer isso, porque as pessoas ficam achando que é a mesma coisa. Se falta para a Yane um patrocínio, de quem é a culpa? Do Comitê Olímpico. E precisamos deixar isso claro, porque o Comitê Olímpico é apenas um comitê. Abaixo dele, temos todas as federações de esporte. São elas que têm que dar suporte ao atleta, que têm que dar toda a condição para o atleta virar um atleta de ponta.

Nós aqui hoje tratamos não apenas do esporte de alto rendimento, mas também do esporte na escola, da Educação Física na escola, da inclusão dessas crianças que não têm talento para o esporte, mas que precisam do esporte, porque ele faz bem à saúde.



Eu sou um ex-atleta amador de vôlei, hoje sou um maratonista amador, e, para provar que o esporte faz parte da minha grande bandeira aqui no Congresso, meu chefe de gabinete é professor de Educação Física formado aqui em Brasília.

Então, eu quero aqui agradecer mais uma vez. Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, convocando os Srs. Parlamentares para a reunião deliberativa ordinária, seguida da audiência pública que debaterá a construção de indicadores para uma política pública no contexto esportivo, a ser realizada amanhã, dia 12 de agosto, às 15 horas, neste plenário.

Está encerrada a audiência pública.

Muito obrigado.